

REVISTA   
JAE

JA

WAAE

## **Cara leitora, caro leitor!**

É com muito prazer que apresentamos a você a segunda edição da Revista Jaê, que acrescenta novos capítulos à história da construção de uma política pública para relações raciais positivas em Santa Bárbara d'Oeste, relatada parcialmente no primeiro número da publicação, divulgada em 2023:

[rodaeducativa.org.br/revista-jae/](http://rodaeducativa.org.br/revista-jae/)

Na edição anterior relatamos as oito etapas iniciais de implementação dessa política, sob a liderança da Secretária Tânia Mara da Silva e sua equipe, e com o apoio dos parceiros do Projeto Jaê - Educação para Equidade.

Nesta, adicionamos as cinco etapas finais, em que o trabalho vai para dentro da sala de aula, com o acompanhamento das aprendizagens do 4º ano e a elaboração de sequências didáticas; e destacamos o papel do Núcleo Jaê, instância criada na Secretaria no ano passado para dar ainda maior sustentação às ações por uma educação antirracista.

Nas páginas seguintes, buscamos compartilhar a história e a força dessa iniciativa que em três anos e meio mostrou o que uma rede de ensino comprometida com uma educação livre do racismo pode realizar.

**Boa leitura!**

# SUMÁRIO

**06**

**Apresentação**

**08**

**Etapas para construção  
de uma política pública  
antirracista**

**10**

**Entrevista com Juliana Ramos - Núcleo  
Jaê consolida política racista e amplia  
frentes de formação**

**24**

**A implementação de uma  
política educacional para  
equidade e de enfrentamento  
ao racismo e discriminação  
racial nas escolas**

**33**

**Estudo de caso como estratégia  
formativa potente para discutir  
situações de racismo na escola**

**52**

**Rodas de leitura**  
*Literaturas Negras*

**54**

**Produção e análise de dados  
para acompanhamento das  
aprendizagens com foco na  
equidade**

**68**

**Aulas compartilhadas e tematização da  
prática como estratégias da formação  
em rede**

**82**

**Formação das assessoras  
pedagógicas sobre relações  
étnico-raciais e o impacto na  
Educação Infantil**

**93**

**Referências legais e teóricas do  
Projeto Jaê**

# Apresentação

O **Projeto Jaê – Educação para Equidade** é resultado de uma parceria da Roda Educativa (antiga CE CEDAC) com a Secretaria Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, iniciada em agosto de 2021. Na sua primeira fase (2021-2022), o Jaê recebeu apoio financeiro do Itaú Social, mas nos seus dois últimos anos (2023-2024) esse apoio foi realizado pelo Centro de Estudos e pesquisas ateliescola acaia, que também se tornou parceiro técnico do Projeto, trabalhando em conjunto com a Roda Educativa na questão da didática.

Depois de amplo diagnóstico realizado nos quatro primeiros meses de atuação, junto aos 120 gestores escolares e educacionais das 54 escolas que compõem a rede de ensino do município, que conta atualmente com 1.189 professoras/es e atende cerca de 14.657 estudantes, desenhou-se o **Projeto Jaê – Educação para Equidade**, com seis principais eixos: **a.** formação em gestão escolar e educacional; **b.** acompanhamento de um grupo-piloto de escolas; **c.** mobilização social e criação de uma rede intersetorial de proteção e combate ao racismo; **d.** construção de política pública; **e.** difusão cultural; **f.** socialização de práticas pedagógicas antirracistas na escola.

Em 2023, a Secretaria Municipal de Educação constituiu o **Núcleo Jaê**, composto por assessoras pedagógicas e supervisoras educacionais da equipe técnica, com o objetivo de dar continuidade às práticas e discussões propostas pelo Projeto nos anos anteriores. É neste ano, ainda, que um novo eixo é incorporado ao Projeto – o acompanhamento das aprendizagens com foco na equidade. Neste eixo, a competência leitora de estudantes dos 4os anos do EF é acompanhada ao longo do

ano, cruzando-se os dados diagnósticos deste conteúdo com o perfil socioeconômico dos estudantes, a fim de se construir estratégias amplas e eficazes para diminuição das desigualdades educacionais. Em 2024, amplia-se o eixo acompanhamento das aprendizagens incluindo a realização de duas sequências didáticas com os estudantes dos 4º anos: *Lendo biografias de mulheres negras* (1º semestre) e *Descobertas Científicas de autoria negra* (2º semestre). Aulas compartilhadas e tematizações da prática são realizadas junto aos professores da rede, a partir de algumas etapas destas sequências, qualificando a discussão que interconecta especificidades didáticas e letramento racial. Ainda neste ano, caminha-se para a finalização do documento ‘Orientações da Rede Municipal de Educação de Santa Bárbara d’Oeste em situações de racismo e discriminação racial’, sob coordenação do Núcleo Jaê, tornando-se um marco histórico importante da educação antirracista no município.” O registro das contribuições do Projeto Jaê para a efetivação de uma política pública sonhada coletivamente deu origem a esta revista digital que tem como principal objetivo compartilhar o passo a passo desta experiência, ainda em curso.

Estabelecendo diálogo com a entrevista da Secretária Tânia Mara Silva, publicada na edição anterior, ouvimos para este segundo número da revista a **coordenadora do Núcleo Jaê, Juliana Ramos**, que nos conta sobre as conquistas e os desafios vividos pelos profissionais da rede ao longo destes quatro anos dedicados à construção de uma educação antirracista no município. Além disso, oferecemos ao leitor artigos escritos por formadores que compõem a equipe do Projeto Jaê, contendo reflexões sobre as principais ações e estratégias desenvolvidas para a implementação desta política pública.

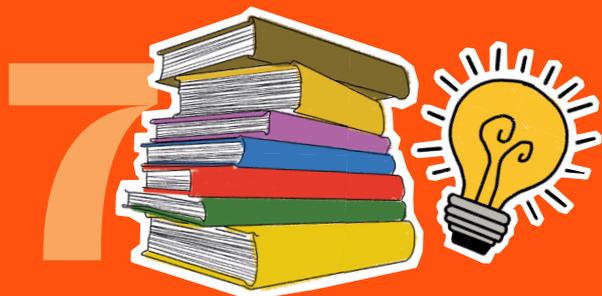
**Equipe do Projeto Jaê – Educação para Equidade**  
**Novembro de 2024**

# Etapas para construção de uma política pública para relações étnico-raciais positivas na educação

## A experiência de Santa Bárbara D'Oeste



1 Da inquietação e do desejo de consolidar uma política pública para as relações étnico-raciais positivas.



2 Criação do Núcleo Jaê e instituição do cargo de Assessora Pedagógica para Projetos Especiais-Equidade Racial.



3 Busca por parceria técnica para apoiar a sistematização do trabalho, a partir de um amplo diagnóstico.



4 Projeto de formação sistêmica a longo prazo proposta pelo Projeto Jaê-Educação para Equidade.



5 Realização de autoavaliação institucional (indique\*) em todas as escolas da rede.



6 Autodeclaração racial: formação dos agentes de administração escolar e revisão da ficha de matrícula.



7 Organização das comissões de trabalho, unindo equipe técnica da SME e lideranças negras locais.

# 8



Acompanhamento de aprendizagem e análise dos dados socioeconômicos dos estudantes.

# 9



Finalização e validação, junto a especialistas, do documento Orientações para casos de racismo e discriminação racial na rede e apresentação do documento Orientações para casos de racismo e discriminação racial na rede para toda a comunidade escolar.

# 10



Formação da equipe técnica para atuar junto aos gestores escolares, a partir destas orientações, com estudo da legislação e discussão sobre casos de racismo, efetivando encaminhamentos junto às escolas.

# 11



Ampliação do acompanhamento das aprendizagens dos estudantes dos 4os anos, com recorte interseccional, aperfeiçoando os instrumentos de avaliação, as estratégias formativas e incluindo duas sequências didáticas de leitura: Lendo biografias de mulheres negras (1º semestre) e Descobertas científicas de autoria negra (2º semestre).

# 12



Revisão curricular com foco nas relações étnico-raciais positivas, a partir do que indicam as leis 10.639/03 e 11.645/08, com acompanhamento de especialistas e formação de novas comissões de trabalho, compostas também por professores da rede.

# 13



Formação de uma rede intersetorial de combate ao racismo no município, com participação e apoio de outras secretarias municipais, além da SME.



**Núcleo Jaê consolida política antirracista e amplia formação –  
Uma entrevista com  
Juliana Ramos**

Cristiane Tavares e Carolina Glycerio

## Juliana Ramos, coordenadora do Núcleo Jaê, relata conquistas como documento orientador e inclusão de novos públicos na formação

---

**O** Núcleo Jaê de Estudos das Relações Étnico-Raciais, constituído por profissionais da Secretaria de Educação de Santa Bárbara D'Oeste/SP, é a estrutura que permitiu a consolidação e a ampliação do processo de implementação de uma política pública antirracista no município.

Conforme relatado no primeiro volume desta revista, o núcleo foi instituído no início de 2023, justamente com a criação do cargo de Assessora Pedagógica para Projetos Especiais e a indicação da professora Juliana Ramos para ocupá-lo.

*“Eu sou professora concursada da rede municipal desde 2002, e como mulher negra, passei muitas situações desagradáveis na minha trajetória escolar, essa questão do respeito e da diversidade, de olhar pro aluno sempre com muito cuidado, sempre foi uma pauta muito cara. É claro que muitas vezes eu agia por intuição, e não à luz das pesquisas e fundamentação teórica que eu fui construindo ao longo desses anos”, disse Juliana, em uma entrevista em que relatou as conquistas e os desafios do processo de continuidade e fortalecimento da política antirracista por meio do núcleo que ela coordena.*

Se no primeiro volume da revista, entrevistamos a secretária Tânia Mara da Silva sobre as oito primeiras etapas de implementação da política, nesta contamos com a visão de Juliana para aprofundar a compreensão sobre a importância e o alcance do trabalho do Núcleo Jaê e realizar um balanço das conquistas e desafios que ainda tem pela frente para que, como diz ela, todas as escolas do município sejam lugares onde caibam todos, que sejam espaços de valorização

de todos os saberes, todas as culturas. “onde o preconceito e a discriminação não tenham vez nem lugar”.

A seguir, reproduzimos alguns trechos da entrevista, que pode ser vista também em vídeo no Link: [https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=UbCm7REi\\_js](https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=UbCm7REi_js)



**Estudantes de 4º ano realizam leitura em grupos do livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis*, de Jarid Arraes, Ed. Seguinte, no contexto da sequência didática *Lendo biografias de mulheres negras*.**

## Como se deu o processo de formação do Núcleo JAÊ na Secretaria Municipal de Educação?

---

*Em 2023, com o propósito de fortalecer mais os estudos e as formações, é criado dentro da secretaria o Núcleo Jaê, um núcleo de estudos e formação, pelo qual eu sou responsável. Coordeno esse grupo com as assessoras técnico-pedagógicas e educacionais,*

*que são também chamadas de supervisoras, dentro de uma Secretaria de Educação, e com o objetivo de dar continuidade, de poder implementar essa política pública.*



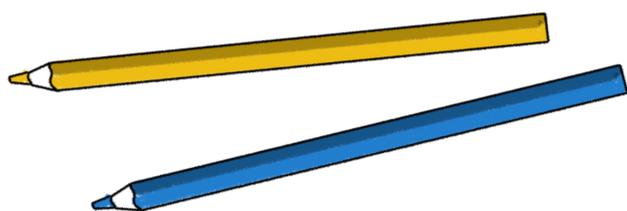
## Quais são atualmente as principais linhas de atuação do Núcleo Jaê na Secretaria Municipal de Educação e na rede como um todo?

---

*As principais linhas de atuação do Núcleo Jaê vão no sentido de promover e valorizar a autonomia da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e das lideranças locais para que se consolide uma política pública a partir do projeto Jaê.*

*E para isso, algumas pessoas foram convidadas a assumir, além das demandas que lhe cabiam nas suas funções, o compromisso de se encontrar, em um dia da semana, para estudar e realizar um plano de ação, para que as formações acontecessem. Hoje, quem compõe o núcleo é a Maria Assunta, que é a chefe de divisão da Educação Infantil, a Jeanette Scarazzatti, que é assessora técnico-pedagógica do Ensino Fundamental responsável pela educação de jovens e adultos; a Juliana Urbano, que é assessora técnico-educacional, e a Alcídia*

*de Araújo Santana Carnielo, que também é assessora técnico-educacional, são as supervisoras. A gente ficou com a formação dos mediadores de leitura, das rodas Literaturas Negras; a formação com os responsáveis das escolas particulares - porque a gente acredita que elas também precisavam se envolver com esse trabalho; a formação com os dirigentes das escolas e com a equipe técnica e a formação com a equipe de apoio das escolas.*



*Além disso, assumimos o acompanhamento das aprendizagens dos alunos do quarto ano com foco na equidade, a escrita do documento orientador para casos de racismo. Outra frente de trabalho é o acompanhamento do plano de ação desenvolvido pelas escolas*

*a partir da autoavaliação dos indicadores de qualidade, a formação das assessoras da educação infantil e também a mobilização social, que é continuar esse diálogo com as pessoas que faziam parte do movimento negro, articulando assim um trabalho intersetorial.*



**Estudantes de 4º ano trabalham em duplas, grifando informações em texto biográfico, no contexto da sequência didática *Lendo biografias de mulheres negras*.**



## Considerando o processo de construção de uma política pública para as relações étnico-raciais positivas, como você avalia a consolidação de uma educação antirracista na rede? Quais as principais conquistas e os desafios que ainda persistem?

---

*A gente pode elencar conquistas e alguns desafios que ainda persistem. Vejo com muito otimismo que a rede de educação está no caminho, pois a gente sabe que é um processo que requer muito estudo e o envolvimento também de diversos órgãos. [Há] Pessoas que realmente pensam na equidade e que querem fomentar esse trabalho.*

*Então, é através disso tudo que nós estamos caminhando. Acho que a construção do documento orientador para os casos de racismo é um ponto de destaque, conseguimos uma articulação do Núcleo Jaê com as formações da equipe técnica e com os gestores, e uma articulação muito potente com outras secretarias, principalmente a Secretaria de Cultura e Turismo e a Secretaria de Cidadania e Justiça.*

*Além disso, a gente destaca o diálogo aberto que a gente tem tido com a Associação das Mulheres Negras Carolina Maria de Jesus, com a Associação de Capoeira Mota, e outras pessoas que fazem parte desse Movimento Negro.*

*Um dos desafios que persistem é a revisão detalhada do nosso currículo, embora eu acredite que a gente tenha avançado principalmente no quarto ano, com as sequências didáticas, Lendo biografias de mulheres negras e Descobertas Científicas de autoria negra, que foi uma das formas que a gente encontrou de promover a reflexão sobre a invisibilização dessas mulheres; além de ser uma estratégia para melhorar a leitura, também foi um movimento que abriu espaço para o diálogo sobre as relações raciais. Mas o nosso intuito é fazer essa revisão do currículo em todas as séries.*

*Outro desafio é levar essa discussão para as outras secretarias, principalmente as de Saúde e Promoção Social, que é tão fundamental para o nosso trabalho. E no que diz respeito à Secretaria de Educação, é*

*conseguir o envolvimento de todos os profissionais da rede nessa luta antirracista. Acho que a gente já começou esse movimento, levando um curso que foi aberto a todos os profissionais, professores, ADIs (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil), professores PEB2 (Professor Especialista), para movimentar mesmo mais pessoas falando sobre o assunto, refletindo junto e podendo avançar.*



## Pode falar do eixo de acompanhamento da aprendizagem de leitura, com foco nos estudantes dos quartos anos do Ensino Fundamental? Qual a importância deste trabalho no contexto de uma política pública antirracista e quais os desafios para ampliá-lo para as outras séries?

---

*Nesses dois últimos anos, o projeto Jaê abriu um novo eixo de trabalho na rede, que foi o acompanhamento da aprendizagem de leitura dos estudantes dos quartos anos com foco interseccional, ou seja, esse cruzamento dos níveis de leitura com o perfil racial e socioeconômico dos estudantes. E isso nos permitiu olhar para os resultados da fluência leitora e trazer luz para a desigualdade*

*E poder refletir o quanto que nós precisamos ajustar as intervenções, nessa questão de pensar nos agrupamentos, nas boas perguntas, olhar para o mapa de sala, onde esse aluno tem sentado, [ver se] ele está ao alcance do professor, nas boas perguntas que a gente precisa fazer.*



*Não adianta a gente dizer que os alunos não têm oportunidade em casa. A escola precisa suprir essa falta, muitas vezes de acesso aos bons livros, através das rodas de conversa, acesso ao jornal, acesso à tecnologia, para que ele realmente amplie os seus conhecimentos e as suas curiosidades.*

*Então, através desse trabalho, é que a gente entende que só com dados, a gente consegue construir uma política pública eficaz que possa diminuir essa desigualdade que influencia tanto na aprendizagem dos estudantes. Quando a gente fala de uma educação antirracista, a gente pensa por esse viés também de não deixar ninguém para trás. A gente pensar na qualidade do ensino e pensar numa escola onde caibam todos.*

**Estudantes de 4º ano realizam leitura em duplas de texto biográfico sobre a jogadora de futebol Marta Vieira da Silva, no contexto da sequência didática *Lendo biografias de mulheres negras*.**



*Uma realização importante do Núcleo Jaê nestes dois anos foi a produção do documento “Orientações Rede Municipal de Educação de Santa Bárbara d’Oeste para situações de racismo e discriminação racial na rede.”*

## **Como se deu o processo de construção deste documento e quais os próximos passos para sua implementação?**

---



*Foi um processo que começou quando a Secretaria de Educação iniciou esses estudos em parceria lá com a Roda Educativa [então CE CEDAC], em 2021. A equipe técnica foi dividida em comissões para tratar de demandas específicas. Uma delas era intitulada Diretrizes e Normas e iniciou a elaboração de um documento orientador para as escolas, tendo em vista a notória dificuldade desses gestores em atuar de maneira assertiva frente aos casos de racismo detectados no ambiente escolar.*

*Esse documento começou sendo elaborado em um formato muito teórico, e a ideia era ter um documento que contribuísse com a escola, que trouxesse possibilidades de como atuar e garantir o acolhimento à vítima. Que esse acolhimento fosse garantido sem deixar de tratar a questão junto aos demais membros da escola. E aí a gente começa a perceber que o documento precisava ser mais próximo do contexto escolar, como de fato um orientador. A gente não queria mais um documento que ficasse engavetado. A gente queria um documento vivo, para utilizar no dia a dia. Diante dessa*

*constatação, o Núcleo Jaê assume a continuidade dessa escrita e começa a conciliar com as formações dos gestores. E a gente usa a estratégia de trazer para a formação estudos de caso – casos que eram coletados através de denúncias ou pedidos de ajuda mesmo para o núcleo Jaê: ‘Olha, aconteceu isso na escola e agora o que eu faço?’*

*A gente discutia formas de resolver aquela situação, visando uma escrita viva, um documento realmente norteador, que*

*garantissem as medidas iniciais, pelo menos, e que fosse pautado nas leis vigentes. Esse documento passou por várias leituras, um processo de revisão, de análise crítica, tanto pela equipe da secretaria, inclusive pela secretária de educação Tânia Mara, pela Roda Educativa, pelo Centro de Estudos ateliescola Acaia, do Márcio Farias, especialista no assunto e professor no curso de Psicologia da PUC-SP, que foi muito importante nesse processo também.*



## Nos últimos dois anos, o processo de formação continuada foi compartilhado entre o Núcleo Jaê e a Roda Educativa em todas as esferas: equipe técnica, diretores, coordenadores pedagógicos e professores. Qual a importância dessas ações articuladas para a consolidação da formação continuada para a equidade dentro da rede?

---

*Nesses últimos anos, a gente fez um compartilhamento com a Roda Educativa, levando as formações de forma compartilhada entre os gestores e a equipe técnica. A gente não fala daquilo que a gente não sabe. Daí a importância desse movimento de estudo e de todas as formações que a Roda Educativa nos proporciona, que alimenta as discussões, amplia os conhecimentos, tanto na literatura quanto nas fundamentações teóricas. Isso tem nos dado, cada vez mais, enquanto núcleo de estudo e formação, autonomia para oferecer mais momentos de*

*formação, não só dentro da equipe técnica e da dupla gestora, mas em uma nova frente de formação com o curso de sensibilização que a gente elaborou e ofereceu para os professores e ADIs (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) de toda a rede. Então, a gente também consegue ampliar esse movimento de estudo, através dos textos que nos foram sendo indicados, através das lives, dos fóruns, com pesquisadores da área, que vêm nos aproximando de quem é referência nessa construção de uma sociedade mais equânime.*

## Quais dicas e orientações você daria para profissionais que atuam em secretarias de educação e desejam compor um núcleo para pensar e discutir as relações étnico-raciais na escola?

---

*A orientação que eu daria é que coloquem a mão na massa, pois, sem dúvida, isso ajuda toda uma rede a pensar nessas questões. É preciso pensar numa escola onde caibam todos, que inclua e que valorize todos os saberes, todas as culturas, onde o preconceito e a discriminação não tenham vez nem lugar. E um núcleo formado para pensar, propor, estudar essas questões, faz toda a diferença.*

*Mais que isso: acho que um núcleo de estudos e formação ajuda e apoia os gestores, para que eles também possam apoiar os seus professores. E assim a gente vai formando uma grande rede. Para que de fato a lei 10.639 saia do papel, acho que não há outro caminho, é só através da formação continuada. Vale muito a pena fazer o que se acredita e buscando educação de qualidade para todos.*



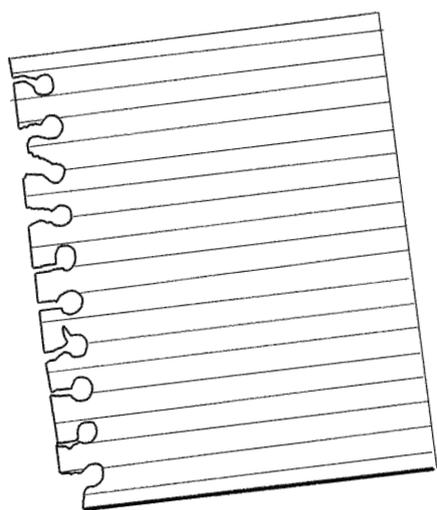
# **A implementação de uma política educacional para equidade e de enfrentamento ao racismo e discriminação racial nas escolas**

**Juliana Urbano Cotrim e  
Alessandra Tavares**



No cotidiano escolar, são muitos os profissionais da educação que não percebem os conflitos raciais entre os alunos e também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação democrática. Porém, um olhar atento e preocupado para com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado em função do pertencimento racial dos alunos. Esta diferenciação de tratamento pode ser considerada uma atitude antieducativa, concorrendo para a difusão e a permanência do racismo na nossa sociedade. (CAVALLEIRO, 1999, p. 51).

Escrever sobre a implementação de uma política educacional de enfrentamento às situações de racismo e discriminação racial que se consolida no município de Santa Bárbara d'Oeste por meio da construção de um documento orientador para a rede é voltar às ações iniciadas no passado, um passado não tão distante. Como diria Jurema Werneck, “nossos passos vêm de longe!”<sup>1</sup> Começamos essa caminhada em 2013, com diferentes ações que foram se intensificando nos últimos quatro anos, por meio da construção do Jaê<sup>2</sup>.



<sup>1</sup> Werneck, J. (2010). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 1 (1), 07-17.

<sup>2</sup> O projeto Jaê é uma construção da Rede Municipal de Santa Bárbara d'Oeste por meio da parceria com a Roda Educativa e Itaú Social (2021 e 2022) e Centro de Estudos e Pesquisas ateliescola acaia (2023 e 2024)

Assim, como Eliane Cavalleiro aponta na epígrafe que abre este texto a construção da ação educativa efetiva e democrática parte de construir olhos de ver e reconhecer os processos e práticas discriminatórias. Com este intuito foi consolidada uma política de formação continuada na rede com ações de formação envolvendo todos os profissionais de dentro das escolas: equipe técnica, dirigentes, coordenadores pedagógicos, articuladores pedagógicos, professores, auxiliar de desenvolvimento infantil, agentes administrativos escolares, de organização, de serviços e cozinheiras da Secretaria Municipal de Educação.

Em 2021, a Secretária de Educação Tânia Mara faz um convite à Tereza Perez para construir uma parceria com o objetivo de fortalecer a rede na construção de uma política pública para relações raciais positivas. A Roda Educativa chega ao Município com o objetivo de conhecer os trabalhos já desenvolvidos pelos profissionais da secretaria e, a partir daí, propor uma reorganização das ações, com foco na equidade.

Todo o processo fez com que a equipe técnica se organizasse em comissões para melhor desenvolver o trabalho. Desta forma, foram organizadas diferentes comissões para atuação em diferentes campos: currículo, formação, mobilização, articulação intersetorial e diretrizes e normas.

A comissão de Diretrizes e Normas ficou responsável por realizar o levantamento das legislações vigentes nas esferas municipais, estaduais e federal e definir as necessidades para fortalecer uma política pública para equidade e enfrentamento do racismo no município. Foi feito um trabalho minucioso de levantamento das necessidades de produção e atualização dos documentos existentes e outros a serem construídos.



A comissão de Diretrizes e Normas era composta por supervisores da secretaria municipal de educação e por um representante da área jurídica da prefeitura<sup>3</sup>.

A partir da escuta cuidadosa, em situações formativas, de diferentes atores que compõem a rede, foi detectada uma necessidade comum, partindo de uma questão aparentemente simples: o que fazer quando acontece uma situação de racismo dentro da escola? Foi essa a questão disparadora que mobilizou diferentes profissionais a buscarem caminhos, tendo como foco a escrita de diretrizes sobre como lidar com as situações de racismo e discriminação racial ocorridas nos espaços escolares. Neste processo, foi fundamental a realização da autoavaliação INDIQUE (Indicadores para a Qualidade da Educação - Relações Raciais na Escola), em 2022. Tratou-se de uma situação que escutou todos os atores que compõem a rede municipal, nas 58 escolas.

Embora os indicadores tenham revelado algumas demandas formativas e ações nas escolas, também foi possível identificar quanto boas práticas em curso nas escolas, ainda havia muitas dúvidas e inseguranças para lidar e agir diante das situações de racismo e, ao mesmo tempo, uma certeza de que era preciso construir estratégias de enfrentamento do racismo e da discriminação racial nas escolas, pelo direito de todos e de cada um neste espaço.

A Comissão de Diretrizes e Normas inicia, então, a elaboração de um documento orientador para as escolas, com o objetivo de contribuir e descrevendo, inicialmente, algumas possibilidades de como atuar nestas situações, garantindo um acolhimento à vítima e não deixando de tratar da questão junto aos demais membros da escola.

---

<sup>3</sup> Alcídia Carnielo, Clelia Regina Esteves, Francisca Geruza da Silva Milanez, José Jorge Guedes, Katia Amanda Fonseca de Campos, Marta Rosana da Silva, Samantha Tedde Rosolen, Sandra Uetuki Nicoleti e Patricia Aparecida Mause de Paula.



Afinal, “o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola.” (CAVALLEIRO, 2000, p. 98). Durante o processo de escrita, percebeu-se que o documento precisava ser mais próximo do contexto escolar, configurando-se, de fato, como um documento orientador.

Em 2023, nasce o Núcleo JAÊ composto por Assessoras Técnico Pedagógicas e Assessoras Técnicas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação, a fim de institucionalizar às ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Jaê em 2021 e 2022, considerando as prioridades levantadas, promovendo e valorizando a autonomia da Equipe Técnica e de lideranças locais para consolidar uma Política pública. Desta forma, a continuidade da produção destas orientações passa a compor o rol de responsabilidades do Núcleo, que dá continuidade a sua produção.

Utilizando-se o processo de construção dialogada com a rede foi valorizada a estratégia formativa de envolvimento dos gestores escolares e da equipe técnica nas reflexões sobre as situações de conflito, discriminação e casos de racismo mapeados dentro da rede, com intuito de aproximar e fortalecer os gestores em sua atuação, diante destas ocorrências. As reflexões destes encontros foram utilizadas e remodeladas para dar sequência a escrita do documento, visando uma escrita viva e norteadora, que garantisse as medidas iniciais pautadas nas leis vigentes.

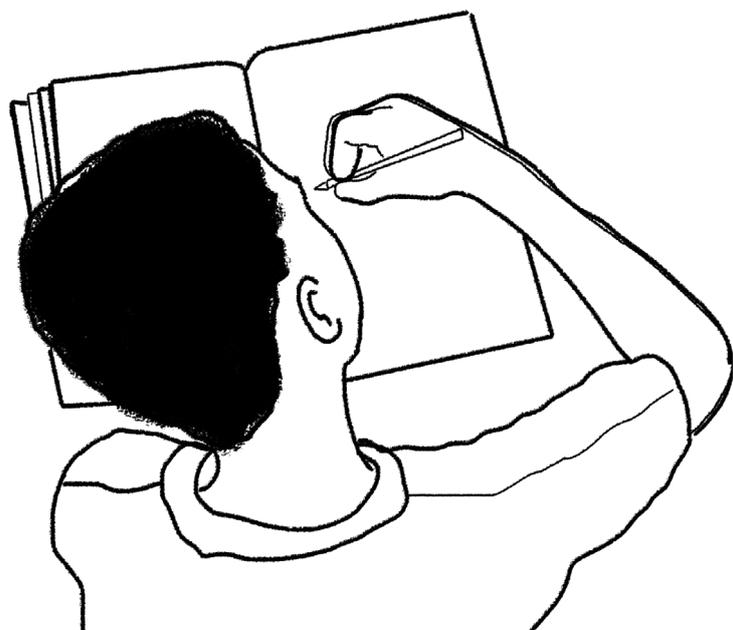
Sabemos que, por mais difícil que seja, é preciso admitir a presença do racismo na escola, pois este espaço não está separado da sociedade e é pautado nas relações pessoais e na convivência com o outro. “É necessário promover o estranhamento, identificar os ‘pré-conceitos’, oferecer uma ‘lupa’ ou novas lentes para olhar a realidade de forma crítica.

Cada um(a) deve ter espaço para se perguntar: ‘O que eu tenho com isto?!’” (Mayer, 2019, s.p). Para efetivar esse processo é preciso colocar nossa intencionalidade na construção de uma sociedade democrática e mais equânime. Por isso, o enfrentamento ao racismo é fundamental para o pleno e integral desenvolvimento de crianças e adolescentes brancos, negros, indígenas e de outro pertencimento étnico e/ou racial que compreendam desde a tenra infância os sentidos dos direitos e da dignidade humana.

Neste sentido, torna-se fundamental a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo, por isso a importância e a complexidade da questão que conduziu a construção desse documento: como identificar, acolher e agir nestas situações? Como construir uma atuação em rede?

Atualmente há evidências sobre os impactos do racismo no desenvolvimento e na aprendizagem dos bebês, crianças e adolescentes. Este documento vem nos auxiliar a olhar para estas situações e garantir os

direitos que abarcam desde as situações de afeto, cuidado e estímulo até práticas pedagógicas e didáticas, desde o bebê até os adultos, que estão inseridos na Educação de Jovens e Adultos, para todos e cada um que compõe o grupo de estudantes da rede. Com isso, a rede foi fomentando a discussão e refletindo sobre posturas e comportamentos que transformam as diferenças em desigualdades dentro do ambiente escolar. Estamos nos referindo à forma como o bebê é carregado e cuidado, às oportunidades de as crianças brincarem, de sentarem perto da lousa, falarem, opinarem, aprenderem e de serem crianças, respeitadas em suas diferenças e singularidades, desde o momento em que elas adentram a Educação Infantil até o momento em que estão preparadas para seguir no Fundamental II.



Nosso objetivo com este documento, além de garantir os direitos de ser criança, de aprendizagem de todos e cada um dos estudantes, bem como o pleno respeito à sua dignidade humana, ou seja, sua crença religiosa, cultural e fortalecimento das contribuições da cultura indígena, negra e africana que por muitos anos foi contada de forma equivocada ou apagada nos livros didáticos. Assim, objetivamos dar visibilidade às importantes contribuições do povo negro neste país e na nossa cidade, colocando em prática as Leis (10.639/03 e 11.645/08) que estão vigentes há muitos anos e vêm ao encontro das ações do Ministério da Educação. Contudo, é fundamental para efetivação das mudanças curriculares e pedagógicas caminhe conjuntamente com a promoção de um ambiente e clima escolar mais democrático e inclusivo, isso significa, que enfrente a presença do racismo e da discriminação no ambiente escolar.

“O racismo pode ter um impacto profundo no bem-estar emocional e psicológico dos estudantes, afetando diretamente a qualidade de sua experiência educacional. Para garantir que todos os brasileiros tenham direito a um ambiente de aprendizagem inclusivo e seguro, é preciso criar ferramentas educacionais que promovam a equidade racial e ações de pedagogia e de gestão antirracistas.”<sup>4</sup>

Recentemente, mais precisamente no dia 14 de maio de 2024, o Governo Federal lançou através da Portaria nº 470 uma Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico- Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) que tem como foco fomentar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira e à promoção da política educacional para a população quilombola.

---

<sup>4</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/mec-elaborara-protocolos-de-prevencao-ao-racismo-nas-escolas>. Acesso em 22 de outubro de 2024.

Esta política está estruturada em sete eixos e converge com as ações que estamos implementando na rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

A proposta do Governo Federal poderá fortalecer as ações já em curso na rede e fomentar ações complementares de implementação das orientações gerais apresentadas no documento orientador, como previsto no eixo cinco da política. O primeiro eixo do PNEERQ é a governança, que visa apoiar as redes de ensino em relação às capacidades institucionais, investindo R\$55 milhões em escolas voltadas às temáticas étnico-raciais e quilombolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Este investimento torna-se fundamental para a ampliação de recursos nas escolas.

Já o eixo 2 discorre sobre o Diagnóstico e o monitoramento da implementação da Lei 10.639/03. Cabe destacar que em Santa Bárbara d'Oeste realizamos a autoavaliação do INDIQUE (Indicadores para a Qualidade da Educação - Relações Raciais na Escola) em toda a rede municipal, em 2022, e desde então acompanhamos e monitoramos as ações, por meio de plano de ação de todas as Unidades Escolares. Ainda dentro deste eixo, em 2023, a secretaria reportou as ações realizadas para o governo federal, Ministério da Educação, por meio do Questionário Diagnóstico no Sistema Simec, que tinha como objetivo diagnosticar as ações de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O instrumento de diagnóstico consiste em eixos, a saber: Fortalecimento do Marco Legal, Políticas de Formação de Gestores e Profissionais da Educação, Gestão Educacional, Material Didático e Paradidático, Currículo, Financiamento, Indicadores, Avaliação e Monitoramento, Gestão Democrática e mecanismos de Participação Social, Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena.

O eixo 5, Protocolo de prevenção e resposta ao racismo no ambiente educacional, vem ao encontro do documento orientador que o município produziu e cuja implementação teve início em 2024. Constitui-se uma fase importantíssima para a efetiva construção de escolas mais equitativas e comprometidas com a efetivação de um clima escolar favorável para a aprendizagem e seguro para bebês, crianças, adolescentes e adultos negros e não-negros, afinal, “o racismo aprisiona todos e todas e impede a efetivação da democracia.” (GOMES, 2023, s.p).

A Secretaria Municipal de Educação tem realizado várias ações de enfrentamento ao racismo e discriminação, bem como a promoção e práticas educativas de valorização da cultura afro-brasileira, africana e indígena. Assim, acreditamos que as Orientações da rede municipal de educação de Santa Bárbara d'Oeste em situações de racismo e discriminação racial possibilita uma sistematização das ações formativas e das elaborações realizadas por todos os profissionais de educação.

Acresce a isso, que favorece uma atuação em rede e oferece apoio para a atuação por parte dos profissionais de educação diante de situações de racismo e discriminação, ponto destacado na autoavaliação das escolas.

Fundamentalmente, este é um passo importante para promoção e garantia dos direitos dentro das nossas Unidades Escolares, para todos e de cada uma dentro das unidades escolares e como diz a escritora Angela Davis “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. E, assim, damos mais um passo nesta jornada.



# Estudo de caso como estratégia formativa potente para discutir situações de racismo na escola

Cristiane Tavares e Juliana Ramos<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Cristiane Tavares é doutora em Educação (UNIFESP) e mestre em Literatura e Crítica Literária (PUC-SP). Coordena o Projeto Jaê - Educação para Equidade e é colaboradora permanente da revista Quatro Cinco Um. Autora de *Quintais* (2007) e *Aos olhos do mar* (2015), integra a coletânea *Um girassol nos teus cabelos: poemas para Marielle Franco* (2018). Organizou, com a professora Telma Weisz, o livro *Literatura e educação*, Editora Zouk (2021).

Juliana Ramos Fernandes, mulher negra, casada, mãe de três filhos. É professora da rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste desde 2002. Atualmente exerce a função assessora de projetos especiais com foco na equidade na Secretaria Municipal de Educação. É responsável pelas ações do Projeto Jaê - Educação para Equidade no município.

## Por que “estudo de caso”?

---

**N**o campo da pesquisa acadêmica o estudo de caso é considerado um procedimento metodológico de tipo qualitativo, que permite “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões”<sup>7</sup>, de modo que o aspecto unitário analisado em profundidade permita o levantamento de hipóteses e o estabelecimento de relações. Entendendo-se a formação de professores e gestores educacionais e pedagógicos em serviço como um espaço de produção de conhecimentos com vistas ao aperfeiçoamento da atuação profissional e, simultaneamente, à melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes, pensamos que

o estudo de caso pode ser uma estratégia especialmente relevante para discutir situações de racismo na escola, partindo-se de exemplos reais.

Alguns pressupostos básicos adotados academicamente no estudo de caso enquanto procedimento qualitativo podem servir de referência para pensarmos o encaminhamento das discussões formativas no contexto escolar, partindo de casos específicos: “1) o conhecimento está em constante processo de construção; 2) o caso envolve uma multiplicidade de dimensões; e 3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas.”<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup>ANDRÉ, Marli. “O que é um estudo de caso qualitativo em educação?”. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013, p.97.

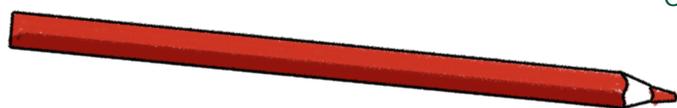
<sup>8</sup> PERES e SANTOS. Apud ANDRÉ, 2013, p.97.

Tais pressupostos podem tornar mais complexa a discussão sobre o racismo na escola, evitando-se abordagens superficiais que desconsideram o contexto histórico do país, assim como posicionamentos pessoais desprovidos de compromisso ético, ou ainda visões unilaterais, que reduzem um fenômeno socioeconômico como o racismo a uma questão meramente moral ou ideológica.

Ao optar por abordar o racismo como fenômeno a ser reconhecido, identificado, analisado e combatido na escola, tornando-o também objeto de estudo e reflexão por parte de todos os que integram a comunidade escolar, opta-se, ainda, por torná-lo concreto, daí a importância, no âmbito deste artigo, de partir de casos ocorridos nas escolas da própria rede de ensino do município de Santa Bárbara d'Oeste, onde se desenvolve o Projeto Jaê – Educação para a Equidade:

*Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. (ANDRÉ, 2013, p.98)*

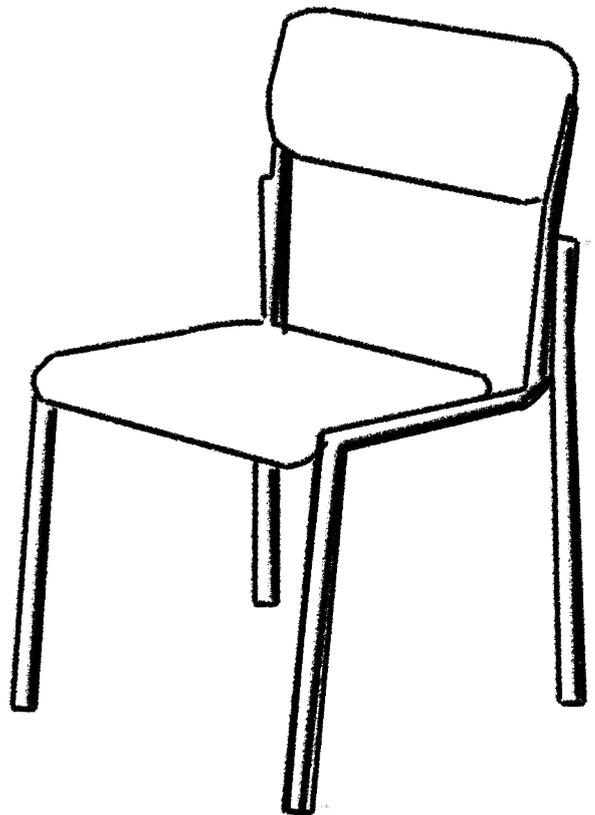
No âmbito do Projeto Jaê os estudos de caso tornaram-se estratégia formativa potente para discutir o racismo na escola, durante as formações realizadas com coordenadores pedagógicos, dirigentes e equipe técnica da SME. Nestas situações, o estudo de caso se definiu, basicamente, como discussão de casos reais de racismo ocorridos nas escolas da rede e relatados à SME por dirigentes ou coordenadores, refletindo-se sobre o que revelam e como podem ser encaminhados. Em todos os casos, houve cuidado com o anonimato dos sujeitos envolvidos.



A escolha de situações de racismo que se apresentam de diferentes maneiras no contexto escolar, sobretudo em comportamentos observáveis nas relações interpessoais, permite ampliar a compreensão do racismo enquanto fenômeno perverso, que se atualiza e adquire diferentes facetas, mantendo características impeditivas de uma vivência de experiências educativas mais justas e equitativas. Convém, portanto, compartilhar o conceito de racismo que sustenta este nosso trabalho:

*O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. A sustentação do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. (CARNEIRO, 2023, p.21)*

Ao debruçarem-se sobre a leitura de casos de racismo advindos das próprias escolas da rede, os gestores educacionais visualizam o modo como opera o processo de racialização dos corpos negros no ambiente escolar, flagrando os mecanismos de manutenção dos privilégios, de subalternização, inferiorização e tentativa de negação da existência das pessoas negras em sua plenitude. É possibilitando discutir situações como essas, de modo dialético e respeitoso, que os estudos de caso se revelam uma potente estratégia formativa para vislumbrar e construir práticas educativas antirracistas.



## Aconteceu na minha escola?!

### Não é possível!

No meio escolar ainda é muito trivial ouvir que “racismo não existe”, que “criança não olha para cor” e que “em nossa escola tratamos todos de modo igual, formamos uma família”. Sabemos que afirmações como essas traduzem um imaginário construído historicamente no Brasil, a partir do mito da democracia racial.

É preciso, portanto, muito estudo, reflexão e ações conjuntas para desconstruir as ideias que sustentam esse imaginário. Foi a partir do contato recorrente com estes discursos propagados por diferentes profissionais da rede, que o Núcleo Jaê (Núcleo de estudos e formação sobre as relações étnico-raciais) se propôs a iniciar formações periódicas com o grupo de dirigentes das unidades escolares e com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de problematizar o que até então vinha sendo naturalizado e de

construir parâmetros comuns para o entendimento e o enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

Ao defendermos uma educação antirracista sabemos que só é possível torná-la efetiva por meio da ação. Assim, não se trata, apenas, de combater pensamentos, falas e ações racistas e preconceituosas, mas valorizar e fortalecer os atores que lidam com situações adversas no seu dia a dia, refletindo sobre situações de racismo e preconceito na escola e sobre o papel da gestão escolar e da equipe técnica que recebem esses relatos e, muitas vezes, não sabem como realizar uma orientação neste contexto. Dessa forma, refletir sobre os casos de racismo implicou também envolvê-los na construção de um documento de orientações para o combate do racismo e da discriminação racial, fundamental para efetivar uma educação antirracista na rede.

Os casos sobre os quais nos propusemos a refletir são situações reais de racismo sofrido e relatado por profissionais das escolas da nossa rede de ensino, registradas a partir de denúncias

ou pedidos de ajuda levadas para as formações. Dentre muitas, foram escolhidas algumas para serem compartilhadas e debatidas, considerando como critérios principais situações recorrentes e de naturezas distintas.

## Situação 1: quando a vítima se torna o algoz

---

*Duas crianças negras brincam juntas, quando uma diz a outra que ela é feia porque é preta. A professora procura a coordenadora para relatar o ocorrido e diz:*

*“Tá vendo! São os próprios negros que têm racismo contra eles mesmos.”*

Ao discutir e refletir sobre o caso relatado, um dos grupos de dirigentes escolares chegou à conclusão que esta é uma fala *problemática* e expressa um pensamento recorrente entre profissionais da rede. Para o grupo, *“a professora não soube orientar uma ação antirracista”*, entendendo que essa ação precisa ser construída com ela.

Ao registrarem sua reflexão conjunta e a proposição de encaminhamentos, a partir deste caso, um grupo de dirigentes ponderou:

*“É preciso que a professora se aproprie da Lei 10.639/2003, retome o Projeto Jaê e seus objetivos, assim como a autoavaliação realizada em 2022 (Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais) e potencialize os horários de estudos (HTPIs ou HTPCs) com as formações vivenciadas no Jaê, num processo de construção com a equipe escolar e, conseqüentemente, com os alunos. Em contrapartida, é preciso conversar com esses alunos negros, junto com a professora, para promover a valorização. Uma outra intervenção importante a fazer é pensar em uma ação com a família destes estudantes negros, uma vez que se percebeu que o aluno envolvido não se identifica como negro. Faz-se necessário, ainda, potencializar o plano de ação que construímos na escola, junto ao Jaê, colocando em prática as orientações previstas, pois mesmo que o trabalho já esteja sendo realizado é necessário potencializá-lo. É um processo que está em construção e que precisa ser trabalhado constantemente.*

*Essa professora precisa saber seu papel, se apropriar desses conhecimentos antirracistas. Finalizando, este é um assunto a ser trabalhado no dia a dia, não apenas em uma data”.*

**[Transcrição do registro realizado por um grupo de dirigentes, em formação com o Núcleo Jaê - agosto de 2023]**

O registro seguinte é uma transcrição do diálogo ocorrido em um outro grupo de dirigentes, discutindo ainda o mesmo caso de racismo.<sup>9</sup>

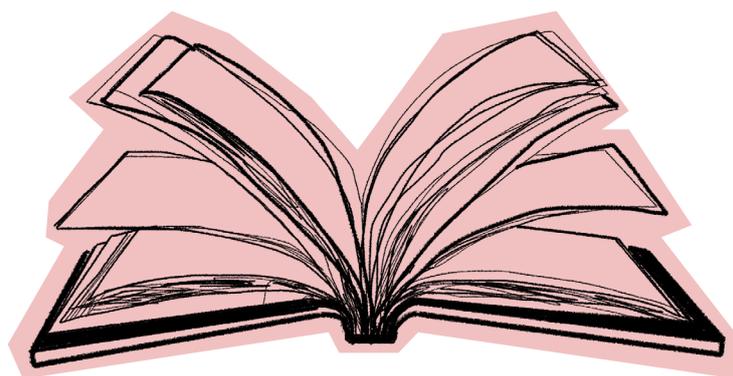
*D1: É necessário que esse assunto seja retomado com o grupo, pois nos parece uma fala enraizada. É importante repertoriar o grupo de educadores para que essas questões sejam tratadas pontualmente assim que ocorram, e desta forma, seja possível tratar a temática de modo mais efetivo.*

*D2: É preciso retomar a pauta formativa antirracista, tanto no segmento infantil, quanto no fundamental e EJA. Inclusive estender os estudos e discussões para todos os setores (agentes administrativos e cozinheiras).*

*D1: O gestor deve mediar a situação com os alunos, uma vez que não foi possível a intervenção do professor. É importante proporcionar um momento de discussão com os pais e comunidade escolar para efetivar o objetivo do Projeto Jaê para toda a comunidade atendida.*

*D3: A retomada da temática deve ser constante, uma vez que estamos em construção sobre uma problemática que foi normalizada por muito tempo. Já é possível notar o olhar mais atento do grupo. Conscientizar não só a comunidade negra da escola, mas também os demais atores envolvidos para que essa causa seja, de fato, combatida.*

*D4: É preciso fazer orientações pontuais a esse educador e fortalecer a prática pedagógica.*



---

<sup>9</sup>Optou-se por transcrever a fala de cada um dos participantes do grupo para explicitar a natureza do diálogo. A fim de preservar as identidades, nomeamos numericamente os dirigentes.

Percebe-se, por meio da discussão registrada nos grupos integrados por estes dirigentes, que há uma dificuldade em reconhecer que foram ações **racistas**, tanto a da criança, quanto a da professora ao relatar o ocorrido. Ações racistas de natureza distinta, já que uma delas foi realizada por uma criança negra, em processo de construção de sua identidade e outra foi realizada por uma professora, adulta, a partir de uma fala que atribui aos negros a prática racista, como se não houvesse um contexto histórico gerador desse fenômeno.

Nota-se, ainda, que parece mais fácil para os dirigentes racializar as pessoas negras do que as brancas. Isso se evidencia, por exemplo, quando falam em “conscientização de todos, não apenas da comunidade negra da escola”.

A não racialização da população branca é um aspecto indicado por Cida Bento como um dos privilégios desse grupo social, decorrente do pacto narcísico da branquitude.<sup>10</sup>



---

<sup>10</sup> BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.



Por outro lado, as demais falas dos dirigentes revelam o letramento racial vivido pelo grupo naquele momento: identificam a existência de um problema grave nas relações étnico-raciais estabelecidas no ambiente escolar e recorrem a documentos legais e outras iniciativas institucionais para buscar meios de solucioná-lo. Isso se evidencia quando mencionam a Lei 10.639/03 e a autoavaliação institucional realizada na rede (Indicadores da Qualidade da Educação – Relações Raciais na Escola).

Além disso, entendem a necessidade de uma co-responsabilização de todos os profissionais da escola no tratamento do racismo na escola, ao mencionarem a necessidade de um acompanhamento mais próximo desta professora, por parte dos gestores escolares.

Essa breve análise de um momento formativo realizado pelas assessoras da equipe técnica da SME junto aos dirigentes mostra a importância de um trabalho intencional e permanente para promover o letramento racial e as relações

raciais positivas no ambiente escolar. É, fundamental, portanto, que haja um olhar cada vez mais atento dos profissionais para reconhecer, analisar e refletir sobre situações de racismo e discriminação racial, assim como para os encaminhamentos que podem ser realizados.

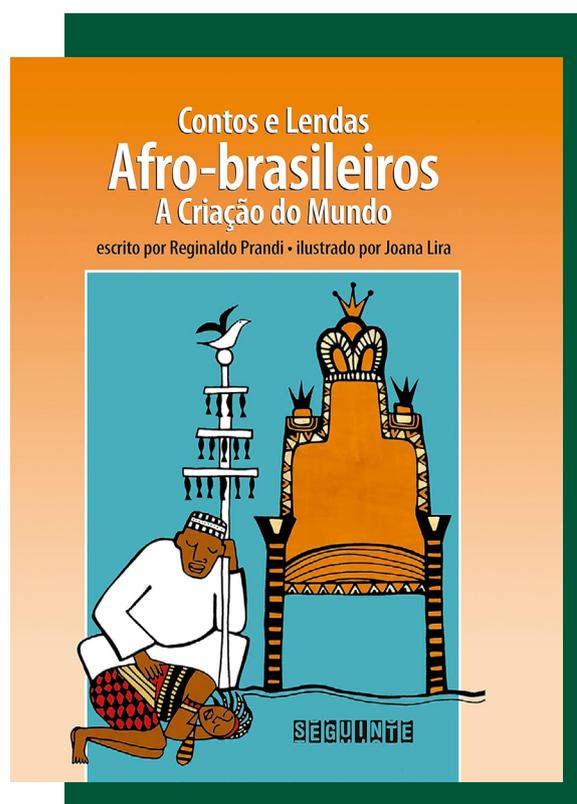
*Por mais que se tente ocultar, o problema étnico aparece no espaço escolar de modo bastante consistente. Os profissionais da escola não se sentem responsáveis pela manutenção, indução ou propagação do preconceito. Mas, tendo em vista a realidade do problema, cria-se, então, a necessidade de responsabilizar alguém pela sua existência. Nessa hora, as vítimas passam a ser as culpadas pela situação. (CAVALLEIRO, 2010, p.17)*

Conforme Cavalleiro (2010), a responsabilização das crianças negras por situações de racismo vividas na escola é uma das faces perversas deste fenômeno. O fato de uma criança negra ofender racialmente outra criança negra não imputa a ela a responsabilidade pela existência deste fenômeno, bem mais complexo.

Em se tratando do racismo na sociedade brasileira, já se sabe que a herança de um longo período colonial sustentado por um sistema escravista violento, que se prolongou de formas diversas nas décadas subsequentes, é um dos principais responsáveis pela propagação das relações étnico-raciais pautadas por valores racistas. A colonização, o sistema escravista e suas deletérias consequências não são, em absoluto, uma criação da população negra. Portanto, qualquer culpabilização neste sentido é, apenas, mais uma atualização do racismo.

## Situação 2: intolerância religiosa entre os professores

O relato a seguir apresenta a dúvida de uma coordenadora pedagógica (CP) levada ao Núcleo Jaê como uma solicitação de ajuda sobre como proceder em casos de **intolerância religiosa**.



*CP: Na pauta sugerida pelo JAÊ para o HTPC, fiz a leitura de um trecho do livro Contos e lendas Afro-brasileiros: A Criação do Mundo, de Reginaldo Prandi (Editora Seguinte). Porém, repercutiu mal, pois novamente veio a fala de uma professora, dizendo que estamos “priorizando” e falando de religião, e nem era essa minha intenção. Infelizmente, não entenderam o propósito da leitura, já que a intenção era trazer uma LENDA com personagens AFRICANOS. Gostaria de receber um direcionamento, ou que você me dissesse quem poderia me instruir num caso como esse. Vou te enviar o texto que li, lembrando que foi no momento da leitura realizada pelo formador, não foi conteúdo a ser discutido. Talvez eu tenha me equivocado e se for o caso, posso me retratar sem problemas com a equipe.*



Ao discutir este caso, o grupo de dirigentes chega à conclusão que é preciso retomar com a equipe o objetivo da apreciação cultural, proposta nos momentos formativos, como o HTPC: repertoriar, de modo eclético, sem imposição ideológica ou religiosa. Além disso, reforçam que é preciso garantir a pauta antirracista, prevista por lei, constantemente, ainda que haja resistência por parte de alguns profissionais. Um dos grupos, então, resume os encaminhamentos propostos a partir deste caso, da seguinte maneira:

*- Conscientizar os educadores que, em se tratando de cultura, a gente tem que estar acima de qualquer preconceito.*

*- Abrir espaço para a equipe se manifestar, para que cada um fale sobre o assunto a partir do seu olhar, dando sua opinião sobre o texto, sabendo que temos que respeitar as diferentes opiniões.*

*- Promover o respeito às diferenças, a empatia e trabalhar com frequência o assunto das relações étnico-raciais para que não seja esquecido, nem gere estranhamento numa retomada.*

Neste caso, em especial, o primeiro encaminhamento proposto pelo grupo de dirigentes revela a importante percepção de que os contos e lendas afro-brasileiros apresentados pela coordenadora pedagógica em momento formativo não devem ser lidos como manifestação religiosa, mas, sim, como expressão cultural proveniente da mitologia iorubá. Assim como contos e lendas de outras procedências, como as mitologias grega e romana, são lidos em sala de aula sem esse tipo de questionamento, deve valer para a leitura dos textos literários provenientes das culturas africanas e/ou afro-brasileiras.

Com relação ao segundo encaminhamento proposto pelo grupo, “respeitar as diferentes opiniões”, vale observar que o respeito às opiniões e gostos pessoais não pode se confundir com o direito dos estudantes à aprendizagem sobre as mais diversas culturas. Os âmbitos público e privado precisam ser diferenciados, sem que as crenças particulares, que tantas vezes reduzem aspectos culturais a visões ideológicas, se sobreponham aos direitos garantidos por lei.



**Prof. Ana Maria Galassi, na EMEFEI Prof. Maria Augusta C. C. Bilia, acompanhando as duplas durante atividade de leitura realizada no contexto da sequência didática *Lendo biografias de mulheres negras*.**

## Situação 3: intolerância religiosa por parte das famílias

---

O terceiro caso apresentado aos dirigentes acontece no segmento da Educação Infantil e envolve uma reclamação encaminhada à escola por uma família.

*Uma professora de Ateliê, responsável pelo diálogo entre arte e cultura, que organiza com intencionalidade os espaços e os materiais, criando novas possibilidades de aprendizagens, apresenta a música de boas-vindas “Funga Aláfia”<sup>11</sup> para crianças de 4 e 5 anos. A mãe de um dos alunos procura a escola no dia seguinte, dizendo não querer mais que seu filho tenha esse tipo de aula, pois a família inteira é praticante de uma religião evangélica e o termo “axé”, citado na música, “vem da Umbanda”. Segundo ela, o filho não pára mais de cantar a música em casa.*

Para o grupo de dirigentes que refletiu sobre este terceiro caso, as ações indicadas foram as seguintes:

*- Marcar um horário com a família/ Ouvir a família;*

*- Conversar com a equipe e com a professora para que expliquem qual a intencionalidade da proposta;*

*- Explicar para a família que a proposta é de ampliação cultural, para a qual temos uma lei. Argumentar que a escola é um espaço de expandir e diversificar o repertório cultural;*

*- Levar o conhecimento, para toda a escola e para as famílias, sobre a lei 10.639/03 que reforça em seu texto que “o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.*

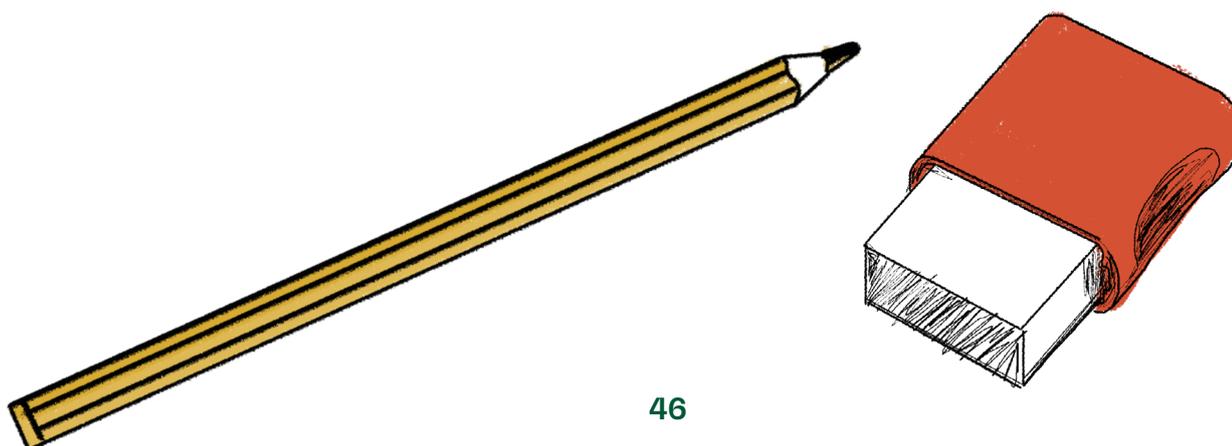
---

<sup>11</sup>A letra da música: “Funga Aláfia ache ache/funga alafia ache ache”. Tradução livre: “em ti eu penso, contigo eu falo”/ “de ti eu gosto, somos amigos.”. Disponível em: <https://youtu.be/lcF64hna8oA?si=aVca3ljzuaJH8h7S>

A partir dos dois casos relacionados à intolerância religiosa, é possível observar que os grupos de dirigentes entenderam que se tratava de uma forma específica de racismo e que era preciso insistir no trabalho com as diferenças e com o respeito. No entanto, ainda parece haver uma dificuldade, por parte dos dirigentes, em entender que deixar de ler textos ou cantar músicas provenientes de culturas africanas ou afro-brasileiras porque incomodam determinados grupos religiosos, é um ato de descumprimento da lei 10.639/03, que garante o direito de crianças e adolescentes conhecerem a história e a cultura africana e afro-brasileira. É possível notar, também, que não mencionam tratar-se de um dever do professor apresentar estes textos e contribuir, assim, para construir outros imaginários, além dos eurocentrados.

Nota-se, ainda, que os dirigentes não fizeram menção à laicidade do Estado e a lei sancionada em janeiro de 2024, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que equipara o crime de injúria racial ao crime de racismo, protegendo, dessa forma, a liberdade religiosa.

Ainda que os encaminhamentos propostos pelos dirigentes sigam no sentido de promover o necessário diálogo com as famílias, explicitando os propósitos pedagógicos das atividades realizadas na escola, as sugestões pensadas por eles circunscrevem-se a um âmbito voltado especificamente para a resolução do caso, isoladamente, e não para um pensamento ampliado sobre direitos e deveres em torno das relações étnico-raciais na escola, à luz das legislações e diretrizes curriculares já disponíveis no país.



*A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.*

**(Brasil, 2004, p.17)**

## Situação 4: Padrões estéticos definidos pela branquitude

---

O quarto caso problematizado com dirigentes em situação de formação diz respeito aos padrões de beleza definidos pela branquitude, que associam corpos de pessoas brancas e não racializadas ao belo e ao “padrão”, tratando de modo pejorativo e, por vezes, violento, os corpos de pessoas negras e racializadas, cuja estética é considerada “diferente” por se desviar de um suposto “padrão”.



Uma professora, do 5º ano, realiza a leitura em voz alta do livro **Com qual penteado eu vou?**, de Kiusam de Oliveira (Ed. Melhoramentos). Ao finalizar a leitura, um aluno branco se levanta e vai passando a mão no cabelo das crianças de sua turma, dizendo um adjetivo para cada uma, até que coloca a mão no cabelo de uma criança negra e diz, rindo, que o cabelo é duro e machucou sua mão. A criança negra começa a chorar e sai da sala. A professora pede ajuda à coordenadora pedagógica para encaminhar o caso.

O grupo de dirigentes que discutiu esse caso, levantou os seguintes encaminhamentos possíveis:

- Em primeiro lugar, procurar meios de acolher a criança que saiu da sala chorando (entendendo que ela é a vítima e está num momento de dor), solicitando apoio para ficar com os demais estudantes, enquanto a professora acolhe a aluna em outro espaço. O acolhimento deve atentar por não minimizar a dor da criança, estabelecendo uma escuta ativa de suas dores, o que significa, dentre outras coisas, ouvir, dar credibilidade, legitimar, não interferir na fala e evitar respostas clichês, como “seu cabelo é lindo, não chore!” etc. Perguntar para a criança se ela está pronta para retornar à sala de aula no momento e se ela se sente confortável para uma conversa com o outro aluno que emitiu a ofensa.

- Procurar o melhor momento e estratégia para debater o ocorrido junto aos alunos da turma, para compreender de onde vem a reprodução deste ato de racismo e para garantir que não seja naturalizado.

- Reportar o ocorrido à direção e discutir a viabilidade de realizar um trabalho com a comunidade e/ou com os pais das crianças envolvidas.

Percebe-se, neste caso, que os encaminhamentos propostos pelo grupo estão próximos do que se espera de educadores antirracistas e se distancia muito do que já vimos acontecer, tantas vezes: uma reação imediata do adulto, sem acolhimento prévio da criança que sofreu a agressão, colocando-a frente a frente com o agressor para que este se desculpe. Trata-se de um encaminhamento insuficiente e, por vezes, inadequado, pois desconsidera a necessidade de acolher a vítima, dando a impressão para todos os envolvidos que se trata de um problema pontual, passível de se resolver rapidamente.

Vale ressaltar que em uma cultura que valoriza traços estéticos próprios dos corpos brancos, a partir de padrões eurocêntricos, a negação da beleza negra é parte estruturante do racismo, que busca desumanizar suas vítimas de várias maneiras, incluindo a desvalorização de seus corpos. E isso pode ser percebido e reproduzido desde muito cedo, inclusive entre crianças pequenas.

*As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados. (Brasil, 2004, p.17)*

O reiterado contato com imagens que reforçam padrões de beleza definidos pela branquitude torna mais difícil a relação de algumas crianças negras com sua autoimagem, interferindo na construção de uma identidade positiva associada à negritude.

Por outro lado, a ideia de que seus corpos correspondem a um padrão de beleza considerado “universal” também prejudica a formação da identidade de crianças brancas, que podem crescer desconsiderando os marcadores raciais que perpassam tais padrões, estabelecidos pela branquitude. Portanto, o acesso regular a imagens que revelam a diversidade étnico-racial que compõe a sociedade brasileira deve ser preocupação constante dos professores e critério observável na seleção dos materiais a serem oferecidos aos estudantes.

## Situação 5: *bullying* ou racismo?

---

Neste último caso discutido com o grupo de dirigentes, a situação apresenta uma recorrente confusão entre *bullying* e racismo.

*Um aluno branco na fila da merenda chama uma criança negra de “macaco”. O gestor da escola, ao questionar os adultos sobre quais encaminhamentos foram feitos, ouviu de um deles a seguinte resposta: “foi só uma brincadeira do garoto, pois a fruta servida naquele dia era banana.”*

O grupo que discutiu esse último caso acredita que as ações deveriam ser:

- *Acolher a criança que sofreu racismo bem como sua família.*
- *Ouvir o “agressor” e sua família.*
- *Solicitar apoio psicológico às crianças envolvidas.*

*- Promover a ampliação do letramento racial de todos os profissionais da escola, garantindo ações efetivas e eficazes contra toda a situação de racismo.*

O grupo ainda lembrou que, segundo a autora Bárbara Carine, xingar alguém de “macaco” é injúria racial e não *bullying*. A lei 14.532/2023 tipifica a injúria racial como crime de racismo. Ainda que a perspectiva criminal não se aplique a menores de idade, pode orientar a compreensão da gravidade da situação, por parte dos adultos envolvidos, indicando o quanto é inapropriado relevar, minimizar ou considerar “uma simples brincadeira” uma situação como essa.





Ao conversar sobre a distinção entre *bullying* e racismo, o grupo de dirigentes retomou o estudo de um artigo<sup>12</sup> realizado no semestre anterior, discutindo a viabilidade de ampliar a leitura do material com vários profissionais da comunidade escolar. Além disso, o tema foi retomado em formação realizada pelo Núcleo Jaê, em parceria com a equipe da Educação Especial, sobre racismo, *bullying* e capacitismo na escola, num total de 365 participantes da equipe escolar (cozinheiras, agente de organização escolar, agente de serviços escolares e agente de administração escolar), realizada em horário de trabalho, com certificação de 3 horas.

Nunca devemos esquecer: o combate ao racismo começa na infância. Esse movimento de estudo de casos, problematização, conceitualização e discussão sobre as relações étnico-raciais e como elas se revelam em casos de racismo no ambiente escolar foi um importante passo para pensarmos em orientações gerais que irão nortear o trabalho do gestor na escola e ajudá-lo a combater toda forma de preconceito e discriminação. Para saber mais sobre este documento leia o artigo “*A implementação de uma política educacional para equidade e de enfrentamento ao racismo e discriminação racial nas escolas*”, na página 23.

---

<sup>12</sup>CARAPELLO, Raquel “O racismo camuflado pelo bullying”. UNG/Guarulhos-SP. Revista Educação, v.15, n.1, 2020.



**Rodas de leitura**  
***Literaturas Negras***

Jeanette Muza Antoniassi Scarazzatti

**A**s rodas de leitura *Literaturas Negras* são parte do Projeto Jaê, desde 2021. O principal objetivo dessas rodas é ampliar o repertório de autores(as) negros(as) e proporcionar a apreciação das diferentes linguagens utilizadas por eles, destacando como suas obras nos impactam.

Aas rodas acontecem em diferentes territórios do município, contribuindo para a ampliação do acesso às literaturas negras e a participação de diversos leitores. O público frequentador das rodas é diverso e já contou com estudantes, famílias, funcionários, professores, gestores escolares e membros da comunidade escolar.

**Confira o portfólio pelo link ou QR Code abaixo:**

[bit.ly/portfolio\\_jae](https://bit.ly/portfolio_jae)



**Roda de leitura  
*Literaturas Negras* na  
EMEFEI Prof<sup>ª</sup>. Iraídes  
Ferreira Lourenço | 2022  
Mediadora: Maricelia  
de Jesus**



# Produção e análise de dados para acompanhamento das aprendizagens com foco na equidade

Karina Santos da Silva e Raquel Gonçalves  
Porangaba<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> **Karina Santos da Silva** é Pedagoga, Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Especialista em Alfabetização. Atuou como professora do Ensino Fundamental I, atualmente, coordena o Centro de Estudos e Pesquisas do ateliescola acaia. Desenvolve atividades de formação de professores, produção e análise de materiais didáticos. Pesquisa os seguintes temas: relações étnico-raciais, ensino, aprendizagem, alfabetização.

**Raquel Gonçalves Porangaba**, como gestora de projetos na Roda Educativa, foi responsável pela gestão dos dados de diagnóstico de leitura dos 4ºs anos da RME-SBO, com foco no acompanhamento interseccional de aprendizagens. Formada em Jornalismo pela Cásper Líbero, tem especialização em Gestão Social pelo Senac-SP e em Sociopsicologia pela FESP-SP.



*“As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade do país.”*

**Abdias Nascimento**

**D**esde 2023 o Projeto Jaê promove o acompanhamento da aprendizagem para a equidade com foco nas situações didáticas de leitura dos 4os anos, cruzando os dados diagnósticos com marcadores de gênero, raça, condição socioeconômica e território, da rede de ensino do município de Santa Bárbara D'oeste. O objetivo é incidir positivamente no avanço da competência leitora dos estudantes e ampliar o repertório racial deles e, também, dos profissionais da rede.

Como visto nos artigos da revista, é fundamental garantir a formação desses profissionais para possibilitar a reflexão sobre as relações raciais positivas e sua relação com a concepção de ensino e aprendizado.

A atuação desse eixo do Projeto Jaê foi desdobramento do trabalho desenvolvido desde agosto de 2021, com as ações de formação em gestão escolar e educacional, articulação de experiências com práticas antirracistas na rede e construção de políticas públicas. A partir dessas ações, foi estabelecido um percurso formativo para dar suporte à revisão de práticas de leitura e promover um olhar mais profundo sobre as aprendizagens das crianças em interface com as questões raciais.

# Linha do tempo do Projeto Jaê – Eixo Acompanhamento das Aprendizagens

**1º sem 2022**

Criação de Comissão da SME + Setor de Cadastro

**1º sem 2023**

Implementação do novo modelo de ficha de matrícula em toda a rede. Foi obtida a autodeclaração/ declaração familiar de 92% dos estudantes de 4º ano

Análise dos dados de aprendizagem dos estudantes do 4º ano pelos marcadores de raça, gênero e nível socioeconômico

Início do acompanhamento interseccional da aprendizagem, inicialmente com as escolas do Grupo Piloto e multiplicado para todas as escolas de Ed. Infantil, 4º ano e Educação Especial

**2º sem 2021**

Início da formação com equipe técnica da SME, gestores escolares, agentes administrativos e outros funcionários das escolas para realização da autodeclaração/ declaração familiar dos estudantes

Autodeclaração de profissionais da rede em contexto formativo

**2º sem 2022**

Revisão do modelo de ficha de matrícula por esta Comissão com apoio do Projeto Jaê

**2º sem 2023**

Análise dos dados de aprendizagem dos estudantes do 4º ano pelos marcadores de raça, gênero e nível socioeconômico

Análise comparativa da evolução dos resultados do primeiro para o segundo semestre de 2023

**1º sem 2024**

assessoria Jaqueline Lima Santos<sup>14</sup>

Análise dos dados de aprendizagem dos estudantes do 4º ano pelos marcadores de raça, gênero e nível socioeconômico

Análise comparativa da evolução dos resultados de março a junho de 2024

<sup>14</sup>Jaqueline Lima Santos é doutora em Antropologia Social pela Unicamp e Harvard Alumni Fellow. Atua como professora, pesquisadora e consultora nas áreas de equidade, raça, gênero, diversidade, educação, infância e juventude, história e cultura afro-brasileira e africana e PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Para desenvolver esse estudo, foi importante a atuação do grupo-piloto, constituído por cinco escolas, a partir de formações específicas e de um acompanhamento mais próximo da equipe do Projeto Jaê. Durante o processo de implementação do acompanhamento da aprendizagem de leitura com foco na equidade, essas escolas realizaram antecipadamente cada etapa, possibilitando ajustes e sendo referência para as demais escolas da rede.



## O Movimento Negro e a educação: diálogos necessários para pensar o acompanhamento da aprendizagem

---

É relevante destacar o legado do Movimento Negro para pensar a educação e a equidade racial, que desde a década de 80 produziu conhecimento científico e apontou a urgência de se repensar as instituições de ensino<sup>14</sup> e a educação no Brasil. Por isso, hoje temos evidências do impacto do racismo no processo de aprendizagem das crianças negras e é responsabilidade da escola promover experiências qualificadas que valorizem a diversidade étnica, a cultura local dos territórios e promovam ações para a educação das relações étnico-raciais<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Nilma Lino Gomes. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

<sup>15</sup> Para saber mais consultar o documento: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico- Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

Nessa perspectiva, sabe-se que todas as turmas possuem heterogeneidade de saberes, entretanto, outros fatores que estruturam a nossa sociedade estão presentes no cotidiano escolar e marcam de maneira significativa, negativa ou positivamente, o percurso dos estudantes nas escolas.

Os marcadores de gênero, raça, condição socioeconômica e territorial também estão nas salas de aula, são fatores vinculados às desigualdades sociais e às relações étnico-raciais, resultando, como um dos impactos, o acesso precário às oportunidades educacionais. Portanto, os estudantes pertencentes às camadas populares, na sua maioria negros e indígenas, têm acesso desigual às oportunidades educacionais. Os estudos sobre educação e raça (Souza, 2002; Cavalleiro, 2003; Abramowicz e Oliveira, 2012) nos mostram que a experiência como estudante, na maioria das vezes, é marcada, desde cedo, pelo racismo e seus efeitos são devastadores no processo de aprendizagem e na socialização.

Nesse sentido, é

imprescindível que as redes e instituições de ensino compreendam as estruturas socioeconômicas na reprodução do racismo, assim poderão produzir dados que favoreçam o campo da educação, contribuindo ao planejar estratégias para o seu enfrentamento e o combate à desigualdade racial. A educação é extremamente necessária e indispensável para a mudança e transformação da nossa sociedade.

## **Autodeclaração: processos formativos e administrativos em sintonia**

---

A questão da autodeclaração racial foi colocada desde os primeiros encontros formativos do Projeto Jaê com a equipe técnica, no segundo semestre de 2021. Para conhecer a realidade da rede, promover ações com foco na equidade racial e acompanhar os resultados dessas intervenções

era preciso ter a autodeclaração de todos e todas os/as estudantes, quando maiores de 16 anos, ou a declaração dos pais e/ou responsáveis legais.

Na rede municipal de Santa Bárbara, a ficha de matrícula não incluía as categorias preto e pardo, fundidas na categoria negro, em muitos casos a autodeclaração não estava preenchida e, mesmo quando o dado existia, era frágil por não ter uma orientação comum para o preenchimento, que deve ser cuidadoso e, na medida do possível, padronizado, por se tratar de uma informação sensível e complexa.

Enquanto outras ações foram disparadas, como a autoavaliação institucional de todas as escolas, com base nos Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola, o processo de autodeclaração ou declaração familiar foi sendo preparado com ações como formações para agentes administrativos responsáveis pela elaboração e preenchimento da ficha de matrícula; revisão do modelo de ficha por uma comissão que envolvia a supervisão e o setor

de cadastro da SME; realização da autodeclaração da equipe técnica e dos grupos de gestão escolar em contexto formativo, entre outras. De forma geral, todas as ações voltadas para o letramento racial da rede e das comunidades escolares ao longo de um ano foram estabelecendo as condições necessárias para um processo ético e mais confiável de levantamento da raça/cor dos estudantes, realizado no início de 2023.

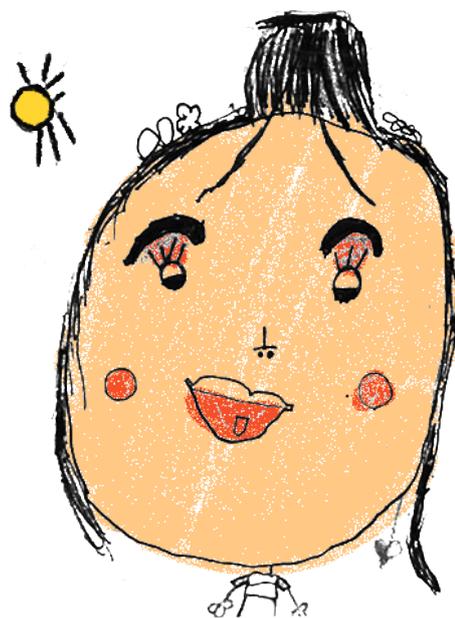
Essas condições envolvem:

- o entendimento da importância de se formular políticas públicas adequadas à realidade educacional da rede, atravessada pela racialização de todas as pessoas envolvidas, não apenas estudantes;
- conhecimento e compreensão das categorias de raça/cor atualmente utilizadas pelo IBGE;
- superação do constrangimento em perguntar para as famílias sobre seu pertencimento racial, assim como anunciar e explicar as categorias, quando necessário;

- compreensão e respeito pela autodeclaração do aluno, quando maior de 16 anos, ou pela declaração dos pais e/ou responsáveis legais como a melhor forma de estabelecer um conceito racial sobre as pessoas, para não tentar influenciar a resposta, mesmo que o familiar pergunte a “opinião” da pessoa responsável pelo cadastro;
- conhecimento básico da legislação pertinente para responder a questionamentos.

É sabido que essas condições nunca estarão plenamente resolvidas, mas é importante reconhecer quando há o acúmulo necessário e seguir em formação, mesmo após a implementação de novos documentos e procedimentos, pois a desconstrução de padrões racistas é um processo contínuo.

Em 2023, com a autodeclaração ou declaração familiar de quase toda a rede<sup>16</sup> em mãos, com exceção de famílias que não quiseram responder ou não compareceram para fazer matrícula, foi iniciado o acompanhamento de aprendizagens de leitura nos 4<sup>os</sup> anos, com recorte de raça/cor, como explicado no início deste artigo.



<sup>16</sup> 92% dos estudantes de 4<sup>o</sup> ano tinham autodeclaração racial ou declaração familiar



Como visto, a informação sobre raça/cor dos estudantes foi coletada na ficha de matrícula, junto com outros dados pessoais e cadastrais. A partir disso, cada escola consolidou em uma planilha os dados raciais de seus estudantes. Na primeira experiência de acompanhamento interseccional das aprendizagens, no segundo semestre de 2023, foi necessário combinar diversas planilhas, tendo apenas o nome de cada estudante como referência para agregar seus dados, sendo que os nomes não estavam escritos exatamente da mesma forma em todos os documentos.

Além de trabalhoso, notou-se que o processo de transportar e compatibilizar dados abria margem para imprecisões.

No início de 2024 os instrumentos foram revistos com foco em minimizar etapas e possibilidades de erro. Foi criada uma planilha de diagnóstico por escola, contendo as informações a serem cruzadas com a avaliação de leitura - gênero, raça/cor e condição socioeconômica - além de território, dado obtido pelo agrupamento das escolas

por região. Dessa forma, as informações ficaram centralizadas em um mesmo documento, que é revisitado trimestralmente, facilitando a atualização e promovendo consciência sobre tais dados, já que esse instrumento é preenchido diretamente pela professora ou professor de cada turma.

Com o tempo e o uso, em diálogo com as escolas, surgiram outras demandas, como a inclusão de gráficos que consolidam o diagnóstico por escola, automaticamente após o preenchimento, para que cada unidade escolar possa analisar sua realidade, sem precisar esperar a produção de gráficos e análises gerais que são feitas pela equipe do Projeto Jaê.

Outra preocupação presente neste processo foi com a proteção dos dados pessoais de estudantes e famílias. A lei brasileira de proteção de dados (LGPD, Lei nº 13.709/2018) define critérios para obtenção, tratamento e armazenamento de dados pessoais - como nome, sobrenome e avaliação - e considera sensíveis dados como a autodeclaração

racial e a condição socioeconômica da família. No momento do preenchimento da ficha de matrícula, as famílias precisam estar cientes e autorizar o tipo de uso que será feito e quem terá acesso a essas informações.

A concentração dos dados em um único instrumento de diagnóstico facilitou o controle de acesso, pois a planilha de cada escola só é compartilhada com profissionais da rede ou da Roda Educativa, cuja função justifique o acesso a tais dados. Quando é necessário que outros atores trabalhem com as informações de

perfil e avaliação dos estudantes, esses dados são anonimizados, ou seja, os nomes são substituídos por uma numeração que não permite a identificação das pessoas, mas mantém suas informações integradas, permitindo o cruzamento entre perfis e resultados.



# Análise interseccional de dados educacionais: refinamento de métodos e hipóteses

Para tratar da análise comparativa entre avaliações de um grande grupo de estudantes é importante destacar o estabelecimento de critérios comuns para essa avaliação, de forma que os resultados revelem as desigualdades de aprendizagem e não eventuais diferenças no critério de avaliação. Conforme quadro abaixo, a equipe do Projeto Jaê dividiu as habilidades leitoras esperadas para os 4ºs anos em 4 níveis, considerando como expectativa de aprendizagem o alcance do nível 4 até o final do ano letivo<sup>17</sup>.

Este artigo não abordará os resultados obtidos e encaminhamentos feitos a partir do diagnóstico de leitura dos 4ºs anos da Rede Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, já que a intenção principal aqui é compartilhar aprendizados que essa rede construiu a partir do levantamento, tratamento e análise de dados educacionais e socioeconômicos de seus estudantes, com foco no acompanhamento interseccional de aprendizagens.

<b>Níveis de Leitura</b> adotados para avaliação e análise das habilidades leitoras dos 4ºs anos	
<b>Nível 1</b>	Não lê o texto
<b>Nível 2</b>	Lê silabando, decifrando letra a letra, sem atribuir sentido ao texto
<b>Nível 3</b>	Lê com dificuldade, atribuindo parcialmente sentido ao texto
<b>Nível 4</b>	Lê num bom ritmo, atribuindo sentido ao texto e considerando a pontuação

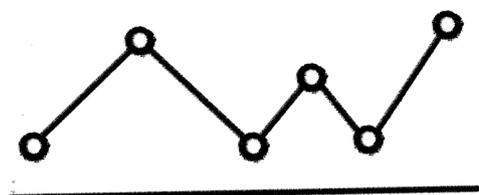
<sup>17</sup> Como encaminhamento para o diagnóstico de leitura foi realizada uma conversa posterior à leitura em voz alta, com cada criança, sobre a compreensão do texto.

No entanto, vale dizer que em todas as análises feitas - no primeiro e no segundo semestre de 2023; em março e junho de 2024 - os resultados confirmaram as pesquisas e referências teóricas neste campo, ao apontar desigualdade racial e socioeconômica no aprendizado de leitura. Além disso, tanto em 2023 quanto em 2024, ao comparar os mesmos 4ºs anos em dois momentos sucessivos, constatou-se que a melhora geral das habilidades leitoras foi acompanhada de diminuição da desigualdade, o que é esperado para uma rede que está atuando sistematicamente para promover equidade na educação.

Além dessas constatações gerais, que tornam a desigualdade concreta e evidente, como aponta a epígrafe de Abdias Nascimento, outras hipóteses demandaram um maior aprofundamento no método de produção e análise dos dados. Para isso, no início de 2024 a equipe do Projeto Jaê contou com a assessoria da pesquisadora Jaqueline Lima Santos, que analisou os instrumentos, processos e resultados obtidos em 2023. Uma das principais

contribuições dessa assessoria foi a sugestão de acompanhar uma amostra de estudantes do início ao fim do ano, pois em 2023 - devido a transferências, evasão e novas matrículas que aconteceram ao longo do ano - o grupo analisado no segundo semestre era consideravelmente diferente do primeiro, com cerca de 13% dos estudantes tendo avaliação apenas em um dos dois semestres comparados.

Em vez de estabelecer um recorte para essa amostra decidiu-se trabalhar com todos os estudantes de 4º ano com dados de avaliação e raça/cor no início de 2024, acompanhando esse mesmo grupo até o final deste ano. A primeira avaliação de 2024 foi realizada em março e a segunda em junho. Estudantes que entraram entre esses momentos não foram incluídos na comparação e os que saíram não foram excluídos, para não alterar a base de comparação, mas foram mantidos como “sem informação” na segunda avaliação.

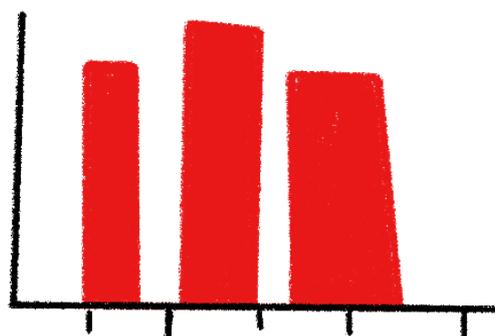


Em junho, o grupo “sem informação” representou 6% do total dos estudantes acompanhados desde março.

Outra importante contribuição de Jaqueline Lima foi a intensificação do olhar para os territórios, além dos marcadores sociais já abordados. A Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara d’Oeste divide o município em 6 territórios, a partir das diferentes características de cada região da cidade. O Projeto Jaê já dispunha da composição de gênero, raça e condição socioeconômica de cada território, bem como os resultados agregados do diagnóstico de leitura das escolas que integram cada um deles. Além da constatação de que territórios mais racializados e socialmente mais vulneráveis, em geral, tinham resultados piores no diagnóstico de leitura, a assessora propôs medir a desigualdade entre territórios para estabelecer o impacto do local na aprendizagem.

A perspectiva é criar uma espécie de índice de desigualdade, que permita quantificar essa desvantagem territorial na educação, por território por escola. Atualmente é possível verificar quais escolas possuem resultados melhores e piores, mas o índice permitiria visualizar quais são mais desiguais e quais estão acima ou abaixo do padrão de desigualdade da rede como um todo.

Pois, como reforçou Jaqueline em sua assessoria, a diminuição de desigualdades requer ações específicas, já que não é um resultado intrínseco à melhoria geral das avaliações.



## A importância de uma abordagem interseccional das aprendizagens

---

A produção de dados com abordagem interseccional é uma ferramenta para gestores educacionais elaborarem políticas e práticas de combate às desigualdades raciais expressas também no espaço escolar. O acompanhamento de aprendizagens dos estudantes é uma das ferramentas pedagógicas primordiais para mapear os conhecimentos de cada criança, os conteúdos nos quais precisam avançar, reconhecer a heterogeneidade de saberes que sempre está presente e, com isso, planejar situações didáticas qualificadas de leitura, escrita e de outras áreas específicas do currículo escolar.

Além disso, as pesquisas mostram a importância de uma abordagem interseccional para o acompanhamento de aprendizagens, que considere os marcadores de raça/cor, gênero, socioeconômico e territorial. No Projeto Jaê, como já apresentado,

o foco de trabalho foi o avanço na competência leitora dos estudantes de 4º ano e, para isso, foi realizado um diagnóstico a partir da leitura em voz alta de um texto, seguida de uma conversa com os estudantes para verificar a compreensão do que leram, permitindo uma análise interseccional, com os marcadores destacados.

Nos últimos anos, podemos observar um crescimento na quantidade de estudos sobre a questão racial dentro da produção teórica sobre educação.

Esse crescimento é resultado das intervenções na política a partir da luta de profissionais negros, ativistas do Movimento Negro, produtores de saberes emancipatórios e responsáveis pela sistematização de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil.

Como afirma a pesquisadora Nilma Lino Gomes, “esses saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (Gomes, 2017, p.14).

Com a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2019) é possível compreender que a maioria das crianças atendidas por instituições de ensino da rede pública ou por escolas privadas localizadas em bairros populares são pretas e pardas, representando a população negra que é 54% da população do Brasil. A pesquisa mostra com profundidade a discussão sobre o currículo na perspectiva da justiça curricular e traz um panorama de estudos com análises sobre raça na educação.

Nilma nos alerta e afirma que as crianças negras “sofrem os problemas da perversa articulação entre desigualdades sociais e raciais” - essa intersecção está no cotidiano, nos currículos e nas práticas pedagógicas.

Portanto, é papel intransferível da escola garantir uma educação justa<sup>18</sup> com equidade racial, para todos os estudantes progressivamente avançarem em suas competências leitoras e escritoras e no letramento racial, contribuindo para uma reeducação das relações étnico-raciais nas instituições escolares.



---

<sup>18</sup> Este conceito merece ser aprofundado em Nilma Lino Gomes. Raça e educação infantil: à procura de justiça. Revista Curriculum, São Paulo, v.17, n.3, p.1015-1044, jul/set.2019.

# Aulas compartilhadas e tematização da prática como estratégias da formação em rede

Profissionais do grupo-piloto de escolas de  
Santa Bárbara d'Oeste<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Este texto foi escrito de forma colaborativa tendo em vista que a efetivação das ações que serão apresentadas contou com a articulação de várias profissionais envolvidas, por isso, reconhecemos a importância da construção coletiva deste registro de percurso e das reflexões sobre o processo vivido. As seguintes profissionais integram o grupo-piloto de escolas da rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste: coordenadoras pedagógicas Adriana Camargo, Adriana Alves, Alessandra Stock, Luci Marcondes e Vera Lúcia da Silva; assessoras técnico pedagógicas Juliana Ramos e Fernanda Bordin; assessora técnica educacional Juliana Urbano e a formadora da Roda Educativa Larissa Aliberti.

**N**este relato, compartilharemos a contribuição do grupo-piloto de escolas no processo de formação de profissionais da rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste, no contexto do Projeto Jaê – Educação para Equidade, destacando a relevância das aulas compartilhadas e da tematização da prática como estratégias formativas. Apresentaremos a organização da rede de ensino para efetivar as referidas ações, evidenciando seu impacto para o avanço das reflexões sobre as práticas de ensino de leitura articuladas ao tratamento das relações raciais na sociedade brasileira.

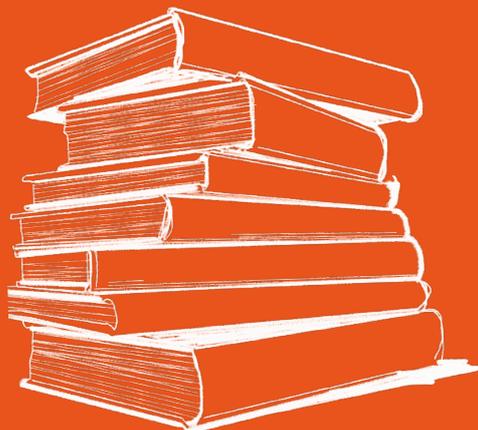
No ano de 2024, as estratégias estiveram relacionadas ao trabalho com a leitura de biografias de mulheres negras, desenvolvido nas turmas de 4ºs anos<sup>20</sup> que teve como propósito principal oferecer aos estudantes a oportunidade de ler biografias de mulheres negras que se destacaram no contexto em que viveram e como contribuíram para a história do Brasil.

*“Considerando a necessidade de se colocar em prática atividades que possibilitem a evolução da fluência e compreensão leitora dos alunos, bem como, a importância de se promover uma educação antirracista, a sequência didática Lendo Biografias de Mulheres Negras ajustou-se com precisão às demandas citadas.”*

**Professora Anna Cássia de Castro Forti EMEFEI Prof. Augusto Scomparin**

---

<sup>20</sup> Nesta etapa do projeto, um foco do projeto foi o acompanhamento das aprendizagens de leitura de estudantes das turmas de 4º ano. Para essas turmas, foi proposta a sequência didática *Lendo Biografias de Mulheres Negras* com expectativas de aprendizagem de leitura, escrita, oralidade e letramento racial.



Momentos de leitura de textos biográficos para conhecer e discutir criticamente a biografia de mulheres negras brasileiras de relevância histórica, tendo como objetivos principais ampliar o letramento racial e o repertório cultural.



Ressaltamos o desafio apresentado às e aos docentes nesse trabalho, uma vez que os processos de invisibilidade e apagamento de narrativas negras na história brasileira, em especial, de mulheres negras, pode aparecer durante as aulas, tanto na ausência de referências dos estudantes quanto na reprodução de imagens estereotipadas que circulam em diferentes materiais didáticos. Essas questões remetem às desigualdades da sociedade brasileira e precisam ser intencionalmente tratadas nas salas de aula.

*Classe, raça, gênero, diversidade sexual, religiosidades, idades, entre outros são constituintes da realidade social e pedagógica na qual toda e qualquer prática educativa é realizada. Educar, como sabemos, é mais do que ensinar e aprender e do que dominar metodologias.*

*Consiste em um campo denso e, para que aconteça de forma emancipatória, precisa realizar-se articuladamente à justiça social. Isso vale tanto para as práticas quanto para as políticas educacionais da educação básica e do ensino superior.*  
**(GOMES, 2023, p. 05)**

Considerando a centralidade dessas reflexões no percurso formativo, foram desenvolvidas aulas compartilhadas nas cinco escolas do grupo-piloto, ao longo do ano letivo de 2024. Documentadas em vídeo, essas aulas foram tematizadas com todas as professoras e os professores dos 4ºs anos da rede nas reuniões de *HTPC em rede*<sup>21</sup> e tornaram-se objetos para a reflexão sobre as perspectivas didáticas que fundamentavam as intervenções docentes. Também foram oportunidades para tematizar a complexidade e a importância de tratar de questões raciais na sala de aula, numa perspectiva antirracista.

---

<sup>21</sup>As reuniões do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) citadas neste relato foram designadas como *HTPC em rede*, pois contaram com a presença de docentes dos 4ºs anos de todas as escolas participantes. Os encontros foram mensais, tendo a equipe de docentes organizada em dois grupos. O planejamento da reunião e os encaminhamentos eram feitos pelas integrantes do grupo-piloto de escolas, com supervisão das formadoras da Roda Educativa, que integram a equipe do Projeto Jaé.

Realizadas mensalmente, as aulas compartilhadas e as tematizações da prática contaram com uma grande mobilização das profissionais participantes do projeto, em especial, daquelas integrantes das escolas do grupo-piloto. Para a realização de cada aula compartilhada, contou-se com a participação da professora, coordenadora e, em alguns casos, da professora auxiliar das escolas envolvidas diretamente nas ações; de assessoras da Secretaria Municipal de Educação integrantes do grupo-piloto de escolas da rede; das equipes da Roda Educativa e do Centro de Estudos do Ateliê Escola Acaia para o planejamento e desenvolvimento das ações. Além disso, a Equipe de Comunicação da prefeitura foi responsável pela filmagem e edição do material.

## Organização das aulas compartilhadas

---

Para a realização das aulas compartilhadas, o primeiro procedimento foi selecionar a turma com a qual a aula iria

acontecer. A definição da turma considerou alguns critérios, como a disponibilidade da professora ou professor para realizar a aula. O resultado do diagnóstico de competência leitora foi utilizado para o planejamento da aula.

Em seguida, já em contato com a professora ou professor, foi definida a data e a aula da sequência que seria realizada. Isso foi importante para garantir que a aula considerasse o percurso que estava sendo desenvolvido na sequência de atividades realizada por todas as turmas dos 4os anos da rede.

Como coordenadoras pedagógicas da escola do grupo-piloto, fomos acompanhando a rotina da professora de perto para poder apoiá-la e ajustar as aulas para não adiantar e nem atrasar os encaminhamentos previstos em cada etapa da sequência.



A rotina (planejamento semanal entregue pelo professor ao CP) foi uma forma de garantir o acompanhamento. Outro momento de alinhamento com o professor era realizado nas horas de estudo individual do professor (HTPI), em que sentávamos e estudávamos a sequência didática e a aula que seria gravada. Todo esse movimento auxiliava o professor a garantir que os alunos estivessem alinhados com a proposta para a aula compartilhada.

Algumas condições foram fundamentais para que a aula acontecesse da melhor maneira possível. Primeiramente, definimos a sala que seria realizada a aula compartilhada. Após a data marcada e a etapa da sequência didática escolhida, houve uma reunião com a equipe para definirmos as atividades, como seria a realização e a organização prévia da aula: arrumação da sala, preparação dos materiais que seriam necessários, definição das duplas ou grupos de estudantes e ajudas externas, quando necessário, além de ajuste de horários que envolviam outras turmas.

Um outro momento muito importante foi a reunião de alinhamento, em que a professora, a coordenadora e a formadora do projeto alinharam os encaminhamentos da aula compartilhada. Esse momento trouxe muita clareza para a professora sobre o planejamento da aula, possibilitando que dúvidas fossem esclarecidas e que os ajustes fossem realizados.

Em uma das escolas do grupo-piloto, por exemplo, nessa reunião decidiu-se que a aula seria realizada na sala de leitura, para que no compartilhamento e na tematização os professores pudessem observar que em outros espaços da escola é possível desenvolver o projeto e realizar propostas de leitura. Também compartilhamos os agrupamentos dos alunos e algumas especificidades necessárias. No dia, contamos com a cooperação entre professores e funcionários que, mesmo sendo de outras turmas ou atuando em distintas funções, tiveram conhecimento do que aconteceria.

*“Ano passado fizemos uma aula compartilhada (...). Foi muito proveitosa essa experiência, não só pra mim como para os alunos também. As professoras aplicaram a aula e foram feitos questionamentos para confrontar os conhecimentos estudados e reflexão sobre novidades faladas. Foi prazeroso ver a evolução das crianças, sua participação e disposição em participar desse projeto. Foi um momento de aprendizado de todos e tenho certeza que essa vivência está na memória dos alunos.”*

**Professora Marilaine Denadae**  
**EMEFEI Vereador José Luiz**  
**Gomes Da Silva**

## A importância da observação da aula

---

As aulas compartilhadas tendo a coordenadora e a professora como observadoras, enquanto a formadora encaminhava a proposta com os estudantes, ofereceram subsídios para que os profissionais pudessem ter outro olhar diante das estratégias de ensino utilizadas em sala de aula, visto

que no primeiro momento as coordenadoras e professoras foram as protagonistas da ação pedagógica (elaborando e organizando as aulas). Nesse primeiro formato, notou-se que a eficiência esperada no processo investigativo da ação pedagógica não foi suficiente para coletar informações necessárias à reflexão da prática. Deste modo, foi repensada a atuação dos profissionais da educação, cuja participação se concentrou no planejamento prévio da aula e na observação durante sua realização, seguida de registro reflexivo.

Observar a aula atentando para diferentes procedimentos, estratégias e modos de interação entre estudantes e professor e entre os estudantes favoreceu a construção de novos conhecimentos, reflexões e mudanças na atuação das coordenadoras pedagógicas. Como exemplo, podemos citar a forma de repensar as orientações para a professora, a partir das aulas realizadas, entendendo que o encaminhamento da leitura das biografias pode ser feito de diferentes maneiras e,

inclusive, antecipando questões reflexivas suscitadas pelos textos. Na posição de observadora da prática pedagógica, tendo participado ativamente de todo o planejamento e da preparação da aula, a docente e a coordenadora têm a oportunidade de observar a ação pedagógica e obter informações pertinentes com foco no fazer pedagógico, nas intervenções mais assertivas, na circulação das informações e na garantia da equidade. Enfim, quando assume a posição de observadora, a professora pode repensar seu próprio fazer docente e qualificar sua prática educativa. Com a prática da leitura compartilhada, por exemplo, foi possível analisar intervenções para possibilitar a troca de impressões e entendimento sobre o que foi lido, favorecendo que a criança expanda suas habilidades de atribuir sentido ao que está lendo, melhorando assim o aprendizado da leitura.

Neste momento conseguimos favorecer uma prática em busca da equidade, pois aquele aluno com maior dificuldade, estando acompanhado de um colega, compartilhando saberes e com

ajuda da professora fazendo as devidas mediações, conseguirá acompanhar e participar melhor da situação de leitura.

*“No primeiro momento pude observar a importância que a formadora deu para os alunos mediante a fala que os mesmos foram trazendo sobre o tema, abordando a biografia de Dandara. O que eu achei interessante foi quando ela coloca que nesse momento não tem certo ou errado. Nós vamos juntos aumentar nosso repertório e descobrir novas informações. Com essa prática a criança se sente importante e realizada. Cabe ao educador, através desses momentos formativos, repensar sobre sua prática pedagógica trazendo assuntos referentes a esse tema (biografia de mulheres negras) como também qualquer outro assunto que esteja trabalhando para ser desenvolvido numa leitura compartilhada. Essas atividades de rodas de leituras compartilhadas registradas em vídeos trazem muitas reflexões. É o que mostra a fala de uma aluna durante essas aulas: “Nossa professora, olha quantas mulheres negras interessantes estamos vendo e ainda hoje existe tanto preconceito. Como pode?”*

**Professora Luana Aparecida Ribeiro  
CIEP Profª Therezinha de Castro  
Pacheco Sbravatti**

## Planejamento da tematização

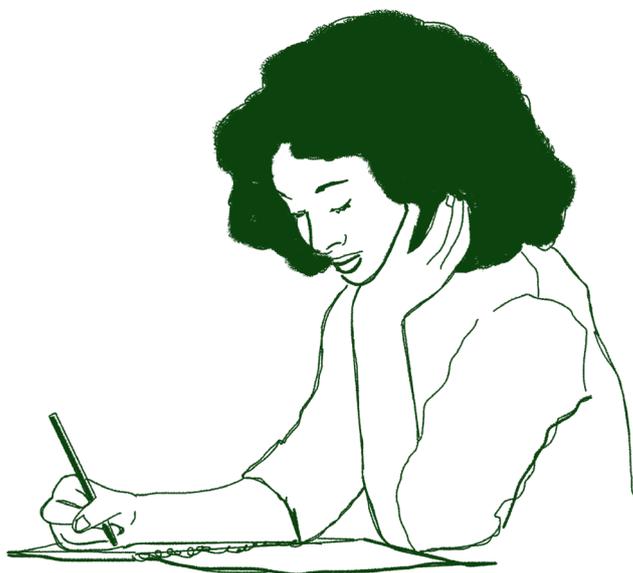
---

Tendo em vista o contexto, a tematização de situações que ocorriam nas aulas foi de extrema importância para fazer circular ideias, questões e tematizar as práticas que favorecessem o ensino e a aprendizagem da leitura e a problematização de questões suscitadas pelos textos. Nosso entendimento sobre a tematização da prática está pautado na perspectiva de Telma Weisz que considera que “o trabalho de tematização é uma análise que parte da prática documentada para explicitar as hipóteses didáticas subjacentes.

Chamamos a esse trabalho de tematização da prática porque se trata de olhar para a prática de sala de aula como um objeto sobre o qual se pode pensar.” (WEISZ, 1999, p. 123).

A partir dos registros em vídeo das aulas compartilhadas, foram definidos os trechos para tematização com professoras(es) da rede. Para essa definição, tínhamos como critério principal selecionar aqueles momentos da aula em que fosse possível dialogar e refletir sobre as práticas de ensino de leitura e, ao mesmo tempo, sobre o trabalho com o letramento racial com as e os estudantes.

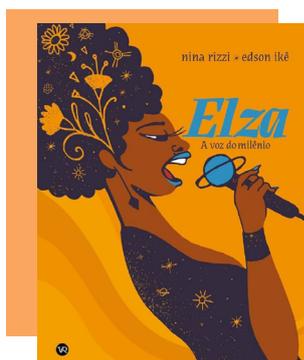
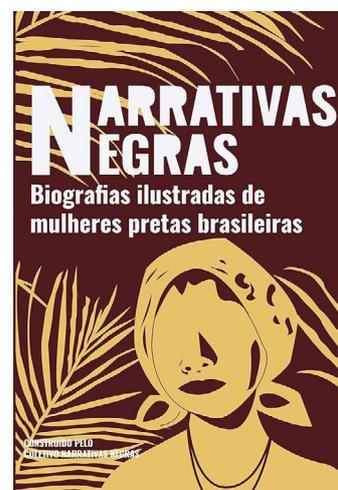
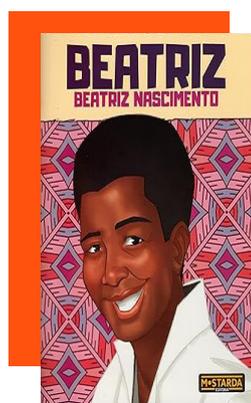
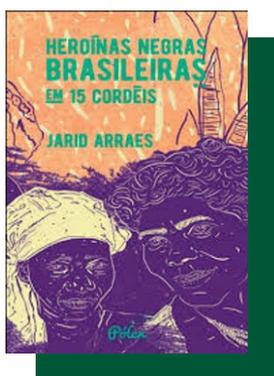
Considerando o percurso formativo já em andamento na rede e voltado ao ensino e à aprendizagem da leitura, optamos por integrar essas ações focalizando a tematização de momentos da aula em que fosse possível extrair ações docentes fundamentadas em princípios desse trabalho.



Discutimos, por exemplo, a centralidade do propósito da leitura em cada aula; o planejamento de situações de interações entre estudantes, professora e o próprio texto, além da intencionalidade na seleção de estratégias de leitura a serem trabalhadas durante a sequência didática *Lendo Biografias de Mulheres Negras*.

Quanto ao letramento racial, constatamos a importância do trabalho intencional para que nas salas de aula fosse possível conhecer biografias de mulheres negras brasileiras e sua relevância histórica.

Discutir criticamente a biografia dessas mulheres possibilitou uma ampliação do repertório cultural, por meio de discussões éticas e estéticas a partir da leitura de textos e imagens e da apreciação de vídeos. Ao mesmo tempo, favoreceu a problematização de questões referentes às desigualdades na sociedade brasileira quanto à raça, gênero e classe social.



Capas de alguns dos livros sugeridos para as aulas com o foco na leitura de textos biográficos sobre mulheres negras brasileiras.

No planejamento das tematizações, consideramos a importância de trazer momentos das aulas em que estudantes evidenciam avanços em seus conhecimentos sobre o impacto do racismo na vida das mulheres negras e sobre a urgência no conhecimento e na valorização de suas histórias de vida. Como, por exemplo, em uma aula em que estudantes discutiam o porquê informações sobre as histórias de vida como a de Dandara dos Palmares são pouco conhecidas e comentaram:

*“Isso acontece porque achavam que ela não era importante para a história.”*

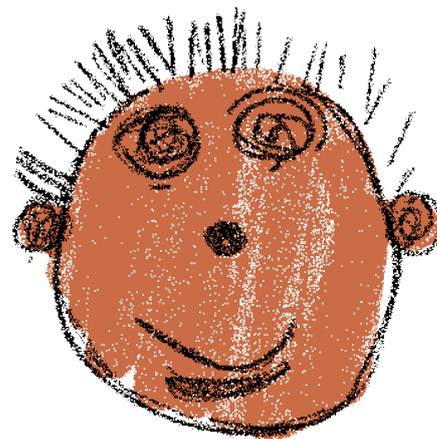
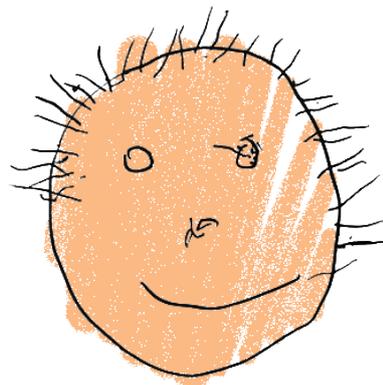
*“A gente não sabe porque não tinham importância por serem mulheres negras. Agora sabemos mais porque foram vendo que elas têm importância, sim, e foram escrevendo mais.”*

*“Não sabemos muitas informações porque antigamente ninguém se importava com ela, ninguém ligava para ela [Dandara]. Porque ela era uma mulher negra e as pessoas faziam racismo com ela.”*

A interação entre estudantes nas aulas também foi colocada em destaque. As questões suscitadas pela leitura das biografias de mulheres negras, quando intencionalmente debatidas, puderam promover uma participação ativa da turma, fazendo circular ideias e avançar o conhecimento.

*Assumir o compromisso de sustentar uma educação antirracista requer que a escola aprenda a dialogar com a diversidade presente dentro e fora da sala de aula, reconhecendo cada pessoa como alguém que tem história, necessidades e desejos. A atuação em sala de aula passa a exigir um trabalho bem mais complexo e instigante, ao levar em conta os diferentes modos de ser das pessoas, o que implica desenvolver ações que ofereçam possibilidades de trocas e de valorização e estreitamento da convivência, da participação coletiva, de debates e questionamentos. (CARREIRA, 2023, p. 56)*





## A contribuição das tematizações na formação de docentes

---

Em relação aos temas específicos do acompanhamento da aprendizagem da leitura e do letramento racial, as formações são realizadas exclusivamente com os professores dos 4ºs anos, uma vez ao mês, quando compartilham experiências e expõem suas dúvidas, além do espaço para o estudo de sequências didáticas previstas com foco no letramento racial e fluência leitora, garantindo o movimento simultâneo de estudo e reflexão sobre a prática docente e otimizando o HTPC.

Esse momento de estudo já está consolidado na rede municipal, no processo de formação continuada dos professores e a tematização da prática contribuiu com as reflexões sobre as práticas docentes.

Segundo Telma Weisz, a tematização da prática permite a tomada de consciência de ideias e hipóteses que orientam a prática docente, favorecendo a formação de profissionais que reflitam sobre sua própria prática “O trabalho de tematizar a prática é exatamente fazer aflorar essa consciência, ultrapassando a dicotomia certo ou errado que costuma marcar a análise da prática docente.” (WEISZ, 1999, p. 125).

Nesse sentido, foi possível observar que durante esses momentos, as e os docentes têm a oportunidade de refletir sobre a sala de aula e as ações são problematizadas e discutidas detalhadamente, a fim de aprimorar os saberes sobre a eficácia ou não dos encaminhamentos, a funcionalidade dos agrupamentos e a qualidade da resposta das crianças diante das intervenções feitas pela professora.

Nos momentos de reunião, foi possível aprofundar alguns temas que já têm sido tratados nas formações da rede e identificar sua relação intrínseca com as práticas em sala de aula. Como, por exemplo:

- a importância dos diagnósticos como aspecto fundamental para conhecer os saberes dos alunos e a partir daí organizar o espaço através dos mapas de sala e os agrupamentos considerando raça e gênero, bem como planejar as atividades de acordo com esses diferentes saberes.
- em toda a sequência didática,

o planejamento das aulas e a adequação curricular como essenciais para atingir os objetivos previstos, proporcionando a equidade entre as aprendizagens e ampliando o letramento racial.

As tematizações têm proporcionado mudanças nas práticas e concepções dos docentes a respeito do conceito de equidade e a ampliação do letramento racial ao mesmo tempo em que estão refletindo sobre o conhecimento didático. Isso nos mostra a importância da formação focalizar aquilo que, efetivamente, acontece nas salas de aula, de modo que “centrar-se no conhecimento didático supõe necessariamente incluir a aula no processo de capacitação, pôr em primeiro plano o que ocorre realmente na classe, estudar o funcionamento do ensino e da aprendizagem escolar da leitura e da escrita.” (LERNER, 2002, p. 110)



Um dos aspectos que consideramos importante destacar foi o trabalho com as biografias das mulheres negras para uma mudança de imaginário social, tanto das crianças quanto de docentes, como evidencia o relato a seguir sobre o trabalho com a sequência *Lendo Biografia de Mulheres Negras* e o momento de estudo em HTPC.

*“Nós estamos estudando a sequência Lendo Biografias de Mulheres Negras. Essa sequência tem ampliado muito meus saberes, o meu trabalho. Primeiro porque eu não conhecia a história da maior parte das mulheres que são apresentadas no material e como a gente vai falar de uma coisa que nem nós sabemos? O material, traz a indicação de ótimos livros de autores negros ou de autores que fazem referência aos negros, eu acabei adquirindo porque é um material que, além de ter e aprender, é um material rico para levar para a sala de aula. E o mais importante é que a gente sai daquele espaço de falar só de sofrimento, de dor, de senzala, de quebra de grilhões e a gente começa a falar de conhecimento, de saberes, de lutas, de conquista, do quanto a gente teve mulheres que tiveram suas histórias apagadas no decorrer dos anos e que foram muito importantes para a constituição do nosso povo, então além de tudo, isso vem atrelado às*

*necessidades de leitura. É um trabalho para aprimorar a leitura dos alunos, eles vão usar a todo momento as estratégias de leitura, vão localizar informações, sintetizar, selecionar partes do texto. Além de colaborar para o letramento racial, a gente aprimora muito o nível de leitura deles. Então, eu só tenho que agradecer a esse espaço. Além de tudo, também, a gente tem em todos esses encontros, um momento de socialização, onde nós somos muito respeitadas e valorizadas. As meninas tratam com muito respeito os saberes que nós temos e tem ampliado muito”.*

**Professora Raquel Colombi  
EMEFEI Gessi Terezinha  
Buschinelli Carneiro**

A experiência vivenciada pelo grupo-piloto mostra o envolvimento de profissionais de diferentes instâncias com uma formação que focalize a realidade das escolas. Essa colaboração foi essencial para efetivar a realização das aulas compartilhadas articuladas às tematizações da prática. Ambas as estratégias formativas foram favoráveis para promover a reflexão sobre práticas que considerem, ao mesmo tempo, o ensino e a aprendizagem da leitura e o tratamento intencional de questões raciais na sala de aula.

# **Formação sobre relações étnico-raciais das Assessoras Pedagógicas e o impacto na Educação Infantil**

**Maria Assunta Fioramonte**

**Della Colleta <sup>22</sup>**

---

<sup>22</sup> Maria Assunta Fioramonte Della Colleta – Chefe da Divisão da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara d'Oeste

*A discussão que acontece atualmente em muitos países sobre o que deve ser a formação de professores inclui a questão da formação permanente, que envolve um trabalho de reflexão e estudo por parte do professor - como se exige hoje, aliás, da maior parte das outras profissões.*

***(WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem -2006)***

**A**o longo deste artigo, buscaremos contextualizar o desenvolvimento das ações formativas semanais com as assessoras, realizadas com o objetivo de fortalecer a identidade da Educação Infantil, reconhecendo suas características e necessidades próprias e colocando o bebê e a criança como protagonistas do processo educativo. Para isso, concentramos nossa atenção na construção das pautas planejadas para os encontros das assessoras com os coordenadores pedagógicos, refletindo sobre como esse movimento sistêmico impacta o trabalho realizado nas diferentes unidades escolares, no que diz respeito às relações étnico-raciais.

A professora Telma Weisz é uma inspiração para as ações formativas realizadas com as assessoras pedagógicas da Educação Infantil, na rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste. Enquanto formadoras das coordenadoras pedagógicas, as assessoras "alimentam" de forma sistêmica o cuidado com o processo de desenvolvimento das crianças, com reflexões sobre o que lhes é oferecido no espaço escolar e qualificam o projeto curricular. Entendido desse modo, o trabalho formativo das assessoras é co-autor, e portanto, co-responsável, pelo trabalho que acontece nas escolas. Na rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste, a Divisão da Educação Infantil é composta por seis assessoras pedagógicas responsáveis pela formação mensal de 20 coordenadores pedagógicos que atuam no segmento de 0 a 3 anos, 37 coordenadores no segmento de 4-5 anos e 26 responsáveis pedagógicos pelas escolas conveniadas.

As escolhas iniciais de conteúdos específicos para a formação das assessoras foram:

- a.** a jornada da criança na escola;
- b.** o que e como são oferecidas as situações de aprendizagem;
- c.** como os documentos oficiais nos ajudam a pensar no bebê e na criança como protagonistas;
- d.** construção de uma base de dados que permitisse a análise de resultados de aprendizagem com pelo critério raça/cor, para direcionar as ações pedagógicas, conforme reflexões produzidas nas formações realizadas pelo Núcleo Jaê.

## Cruzamento da didática com o letramento racial

---

*“Apesar do que já foi provado pela genética de que não existem raças biológicas, as classificações raciais continuam a ser feitas baseadas na ideia de raças superiores e inferiores”*

*(Oliveira, Fabiana e Abramowicz, Anete, Infância, raça e “paparicação” - Educação em Revista v.26, nº 02 p.217, ago 2010)*

Um dos primeiros desafios propostos pelas assessoras na formação dos coordenadores pedagógicos foi a reorganização da rotina, no sentido do tempo destinado às atividades diárias desenvolvidas em ambos os turnos do dia, pensando na jornada da criança como protagonista do processo.

Ao analisar as rotinas durante os encontros formativos, o grupo de coordenadoras nota que esta estava organizada em função do tempo dos profissionais da escola, ou seja, o tempo destinado à alimentação, sono prolongado e ao mesmo tempo, estavam organizados em função das necessidades de entrada, saída e rodízio dos funcionários e não ao protagonismo infantil e suas reais necessidades, revelando assim, a necessidade de reorganizar tempos e requalificar as propostas desenvolvidas.



Um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, previstos nos documentos oficiais (BNCC), é o conhecer-se que valoriza a formação da identidade na primeira infância.

Na rede municipal, uma das formas de contribuir para essa construção, acontece nas propostas de escrita e leitura envolvendo o nome próprio. Os nomes e apelidos carregam histórias das pessoas e as identificam no universo social.

*“O objetivo não é poder encontrar um nome de maneira imediata, é propiciar ao mesmo tempo ricos intercâmbios sobre a escrita com o professor e os colegas, onde uma e outra vez seja possível informar-se, opinar e discutir sobre aquilo que aparece escrito”*

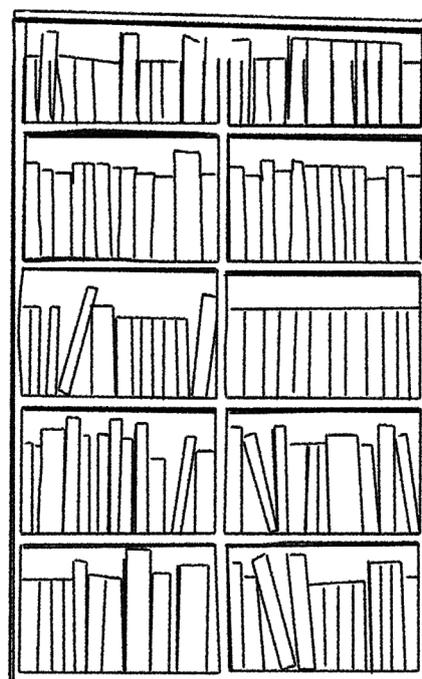
**(Castedo, Molinari, Torres e Siro)**

Nossa base de dados foi construída a partir da observação da escrita do próprio nome pelas crianças do Jardim I - 04 anos e Jardim II - 05 anos, com recorte racial, a partir da autodeclaração da família, informada na ficha de matrícula. Assim, foi possível analisar e garantir ações pela equidade racial.

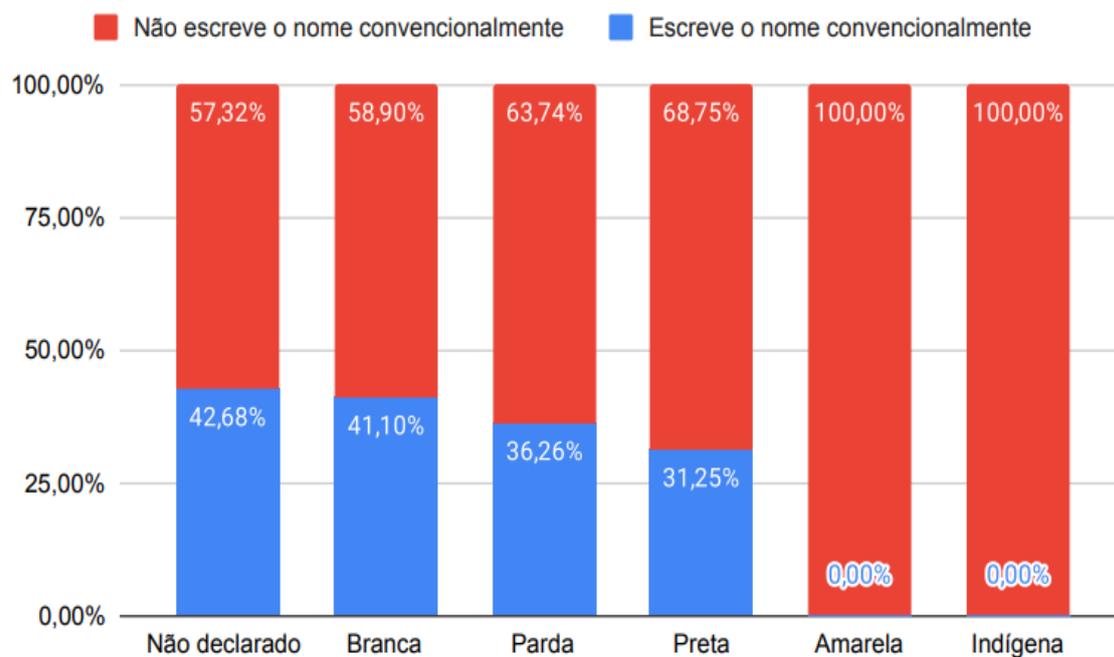
Vale mencionar que os profissionais da secretaria vivenciaram situações formativas sobre a abordagem das famílias durante o preenchimento das fichas, no que diz respeito ao quesito raça/cor.

O diagnóstico de observação da escrita do nome próprio envolveu 87 turmas de Jardim I - 04 anos, num total de 1803 crianças e no Jardim II - 05 anos, 82 turmas, total de 1864 crianças.

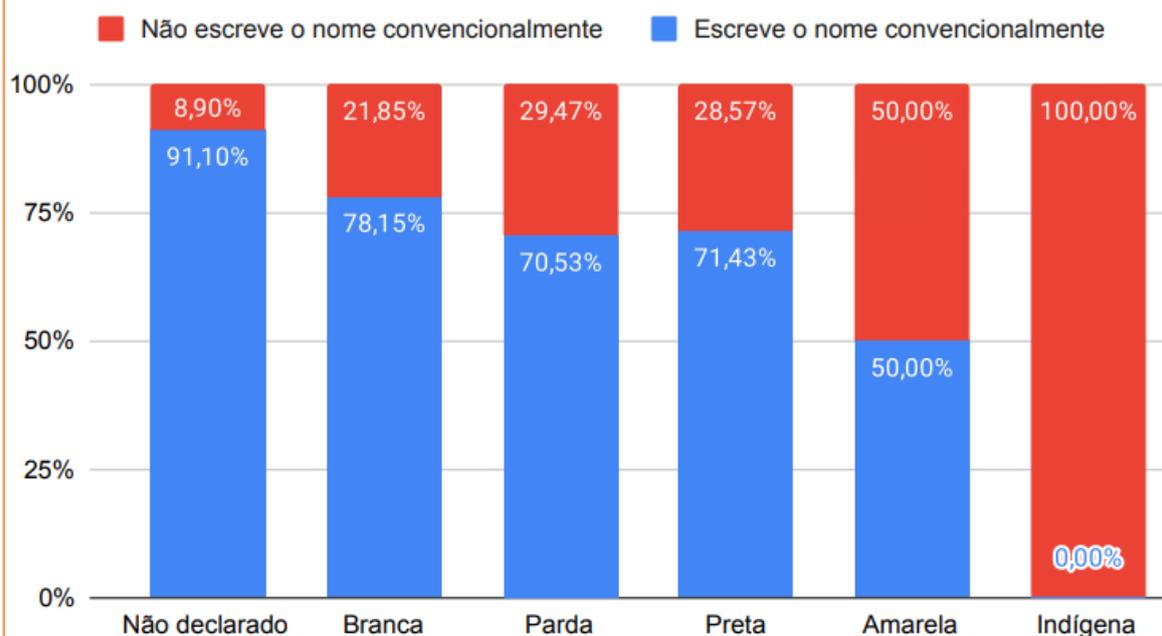
A base de dados do Jardim I - 04 anos revelou que o desempenho das crianças negras, aqui agrupamos crianças pretas e pardas, ao escrever o próprio nome é 10% inferior em relação às crianças brancas. No Jardim II - 05 anos, esse percentual é de 7%;



### Diagnóstico da escrita do nome - Jardim I (abril de 2023)



### Diagnóstico da escrita do nome - Jardim II (Fev. 2023)





## Movimento Formativo: ampliando imaginários artísticos e culturais

---

*“Assegurar que a formação de docentes aconteça em serviço e de maneira continuada pressupõe considerar no planejamento as necessidades formativas concretas dos sujeitos que dela participam, para que o plano desenhado seja adequado à realidade.”*

**(DIAZ e PEREZ. Coordenação Pedagógica: identidade, saberes e práticas - p.97)**

Diversas frentes formativas foram abertas para ampliar as possibilidades de organização dos tempos da criança na escola com propostas de contextos significativos e alinhados às expectativas de aprendizagem de cada faixa etária.

Pensando em promover a reflexão sobre equidade racial na rede, todo encontro formativo começa com um momento cultural, com objetivo de ampliar os conhecimentos, os imaginários e a sensibilidade estética.

Para isso, várias estratégias são utilizadas, como por exemplo, apresentar personalidades negras e indígenas, abrangendo a diversidade de artistas e as múltiplas linguagens artísticas (literatura, música, arte visual), além de intelectuais e personalidades relevantes nos campos da Arte, da Cultura e da Ciência. Com essa intervenção contínua e sistemática buscamos expandir imaginários dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças, permitindo-lhes acessar referências das artes e culturas negras, sensibilizando-os para a importância de diversificar o repertório apresentado às crianças, ajudando a todas as crianças a estabelecerem o sentimento de pertencimento, estimulando novas interações e a percepção dos outros como indivíduos únicos.

Em momentos formativos, o grupo de coordenadores organizou uma nova proposta de rotina para discutir com seus pares nas unidades escolares. As principais mudanças propostas pelo grupo envolveram a identificação dos elementos fixos que dependem da organização geral da escola, como por exemplo, os momentos de chegada e saída, as refeições, os momentos de higiene, os usos do pátio, inseridos no planejamento semanal em seus tempos e horários fixos.

Essa mudança ajudou a pensar que esses momentos também demandam planejamento e geram aprendizagem para as crianças, rompendo a separação entre cuidado e aprendizagem na Educação Infantil. A sequência do trabalho consiste em qualificar os momentos, para além dos elementos fixos: os cenários de investigações e brincadeiras e os projetos, por exemplo. Assim, estamos sempre considerando e ampliando a curiosidade e o desejo das crianças de sempre saber mais e ativamente como protagonistas.

## Criando olhos de ver e intencionalidade ao intervir

---

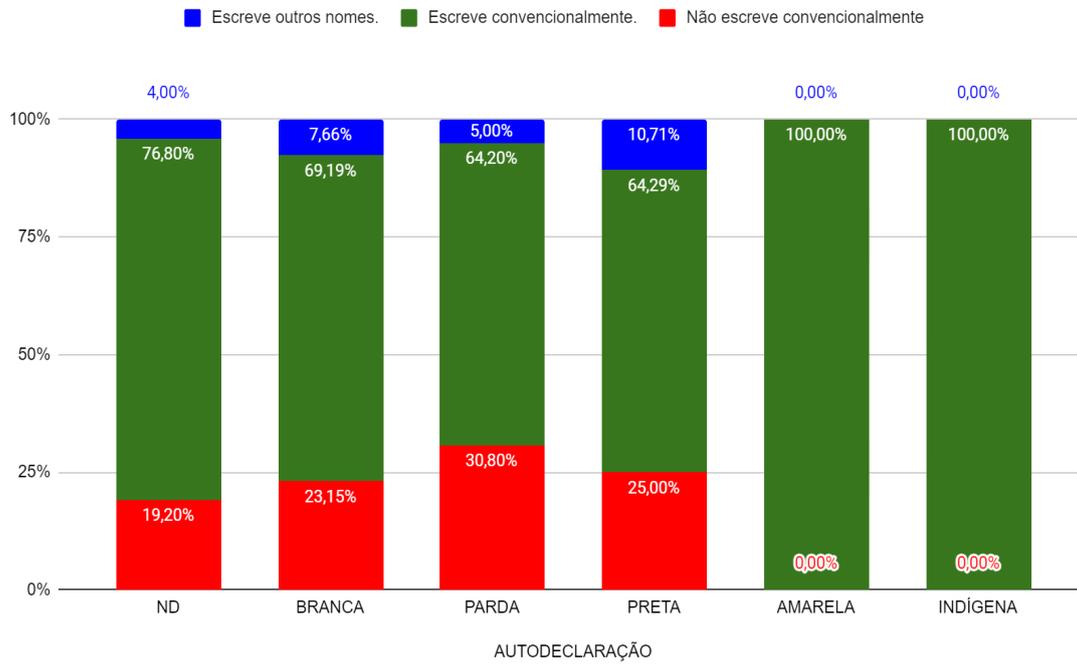
*“Portanto, observar é um verbo ativo, um ato criativo que requer nossa interpretação. Por esse motivo, observar implica repensar, pensar sem pré-conceitos”*

**(MELO, BARBOSA e FARIA. Documentação Pedagógica: teoria e prática, p.29)**

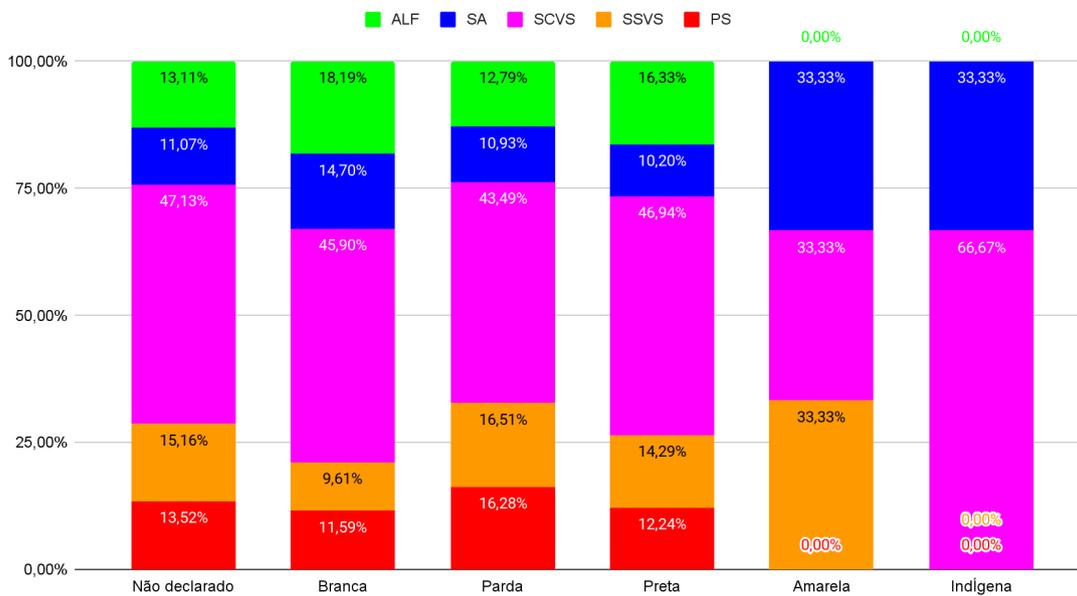
No Jardim I - 04 anos, o segundo diagnóstico de escrita de nomes foi realizado no mês de agosto, após quatro meses da realização do primeiro diagnóstico. No jardim II - 05 anos, o segundo diagnóstico foi realizado em novembro, após oito meses em relação ao primeiro.

A segunda análise dos dados revela que o movimento formativo alcançou um bom resultado. A diferença de desempenho entre crianças brancas e negras no Jardim I - 04 anos baixou para 4%. Enquanto no Jardim II - 05 anos, a diferença passou para 0,6% em relação às crianças que se encontravam em hipótese pré-silábica de escrita.

### Diagnóstico da Escrita do nome Jardim I/ Recorte racial - AGOSTO



### Mapa de alfabetização - Jardim II - 4º Bimestre - Recorte Racial



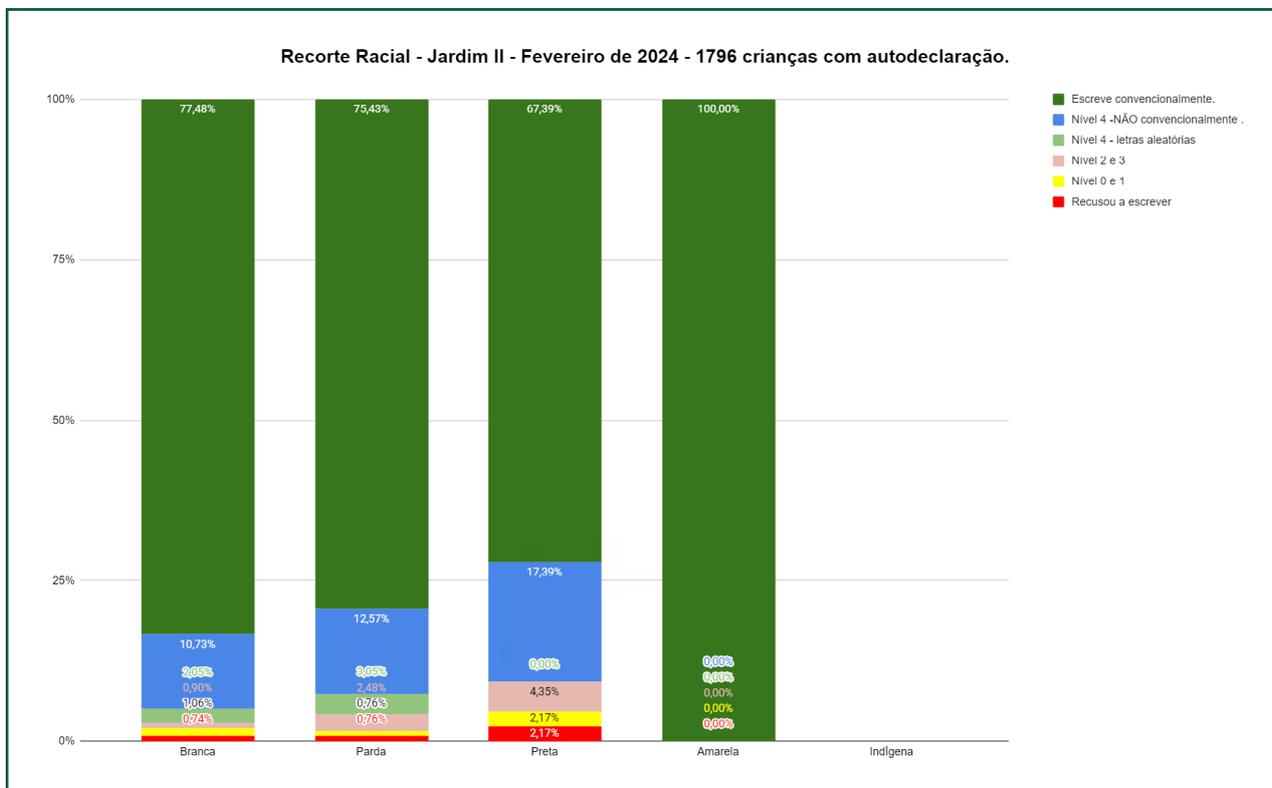
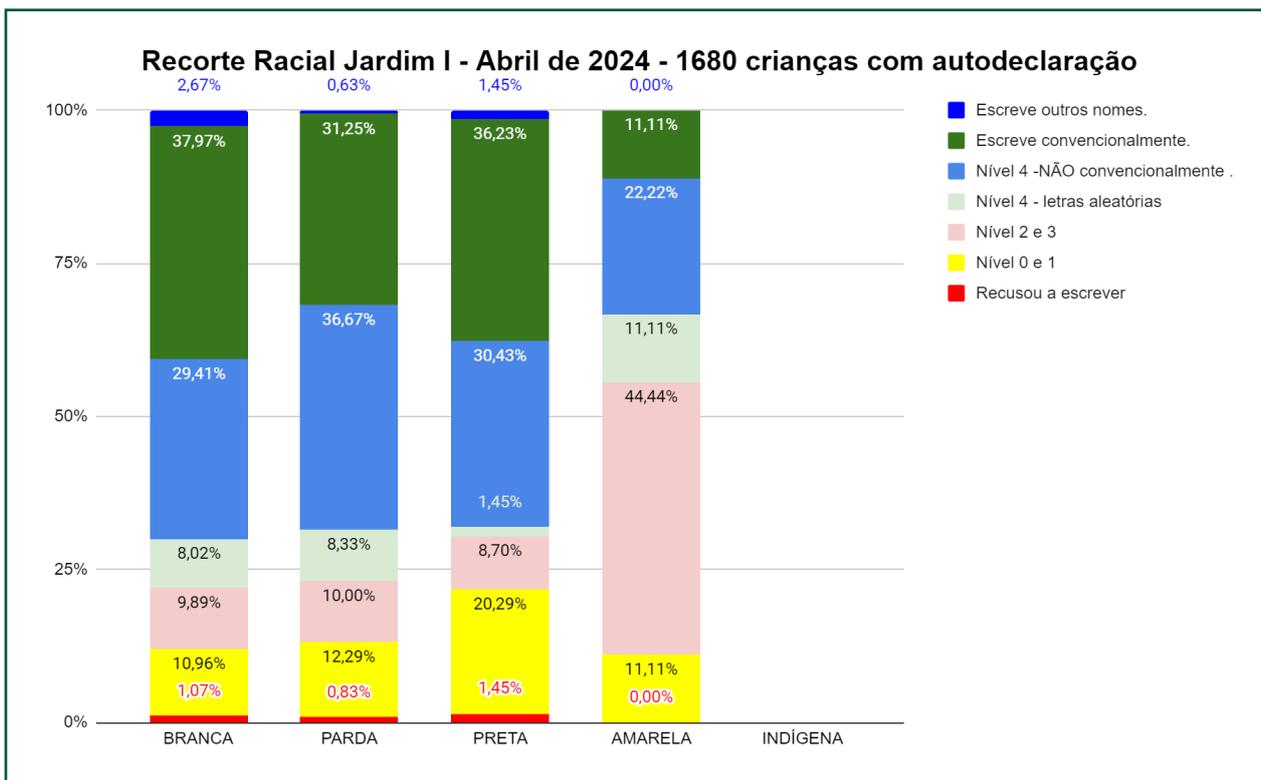
*“Não é a prática por si mesma que gera conhecimento. o máximo permite estabilizar e fixar certas rotinas. A boa prática, aquela que permite avançar para estágios cada vez mais elevados no desenvolvimento profissional, é a prática reflexiva. Quer dizer, necessita-se voltar atrás, revisar o que se fez, analisar os pontos fortes e fracos de nosso exercício profissional e progredir baseando-nos em reajustes permanentes. Sem olhar para trás, é impossível seguir em frente.”*

**(ZABALA, 2004, p. 137)**

A análise de dados com foco na equidade, para direcionar as ações pedagógicas precisa acontecer de forma constante e sistemática. Note-se que mesmo com o movimento formativo bem direcionado do ano anterior, o ponto de partida no Jardim I - 04 anos, 2024, aponta 10% de diferença no desempenho inicial da criança negra em relação à criança branca.

No Jardim II - 05 anos 2024, a diferença entre crianças brancas e negras é de 4%, revelando a dificuldade de impactar o desempenho dos estudantes, uma vez que há inúmeros fatores agindo sobre a aprendizagem e somente um plano formativo contínuo e a longo prazo poderá alterar, progressivamente, a realidade.





O acompanhamento de forma sistemática das ações do coordenador e seus desdobramentos juntos aos professores, demanda de muito investimento formativo, principalmente quando pensamos que a prioridade do coordenador é o acompanhamento das aprendizagens das crianças. Só um movimento contínuo e persistente da formação vai ajudar a fortalecer a identidade dessa função tão essencial no ambiente escolar.

Para os bebês e as crianças bem pequenas (0 a 3 anos), continuaremos a investir na inserção da cultura do escrito através da literatura, com os Projetos Encantando (sessões simultâneas de leitura) e “Vai e vem” (empréstimo semanal de livros para levar para casa), além da leitura em voz alta pelo educador, realizada diariamente.

A intenção é construir uma base de dados para os bebês e crianças bem pequenas, onde o racismo “*incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado ou repugnado*” (OLIVEIRA, Fabiana; ABRAMOWICZ, 2010, p.222).

Para essa faixa etária, de 0 a 3 anos, o desafio é como compor a base e ter um registro fidedigno de dados que disparem reflexões para diminuir as desigualdades.

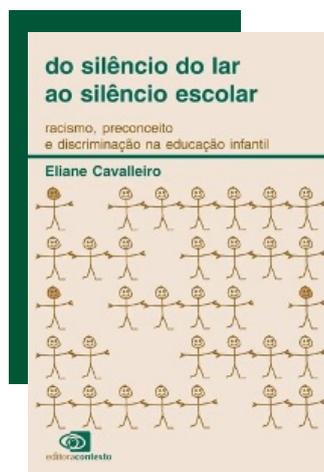
O conhecimento não é algo pronto e acabado, está em constante construção. Os profissionais da educação, assim como as crianças, têm o direito de continuar aprendendo. A formação permanente, a tematização da prática e o acompanhamento das ações pedagógicas em sala de aula, com foco nas relações étnico-raciais são o caminho para essa ampliação de conhecimento e transformação da prática junto às crianças, rumo a maior equidade racial nas escolas.



# REFERÊNCIAS LEGAIS E TEÓRICAS DO PROJETO JAÊ

A implementação de uma política educacional para equidade e de enfrentamento ao racismo e discriminação racial nas escolas

CAVALLEIRO, Eliane. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. In: LIMA, Ivan Costa et alii, (Org.). Os negros e a escola brasileira. Florianópolis: NEN, 1999., pag. 51



CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar. São Paulo: Contexto, 2000.

Mayer, Bel Santos. Coerência necessária para a promoção da igualdade étnico-racial nas escolas. Revista Emília. 2019.

Nilma Lino Gomes: descolonizar o conhecimento para incluir saberes indígenas e negros. Revista Educação. 2023.

Estudo de caso como estratégia formativa potente para discutir situações de racismo na escola

ANDRÉ, Marli. “O que é um estudo de caso qualitativo em educação?”. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013.

CARAPELLO, Raquel “O racismo camuflado pelo bullying”, Revista Educação, v.15, n.1, 2020.



CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

~~CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2010.~~

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



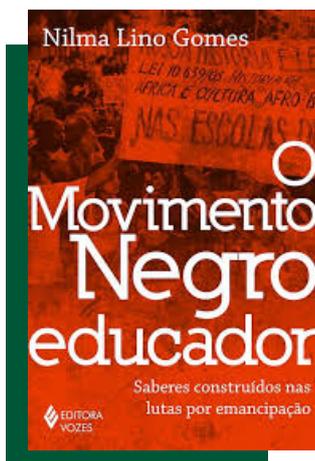
PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

**Produção e análise de dados para acompanhamento das aprendizagens com foco na equidade**

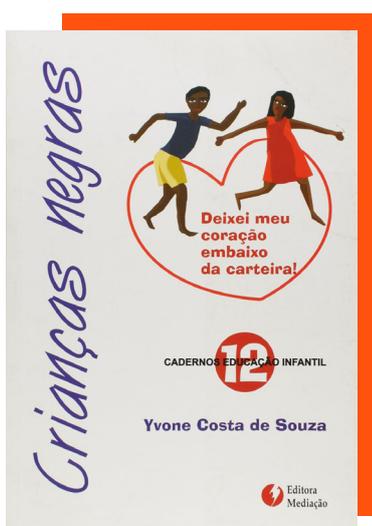
ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 47-64.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao fracasso escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação. São Paulo: Contexto, 2003.

LINO, Nilma Gomes. Raça e educação infantil: à procura de justiça. Revista Curriculum, São Paulo, v.17, n3, p.1015-1044. jul/ set.2019.



LINO, Nilma Gomes.  
O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.



SOUZA, Yvone Costa de. Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira. Porto Alegre: Mediação, 2002.

Aulas compartilhadas e tematização da prática como estratégias da formação em rede



CARREIRA, Denise (coord.). Indicadores da qualidade na Educação: relações raciais na escola – Antirracismo em movimento. São Paulo: Ação Educativa, 2ª ed., 2023.

GOMES, Nilma Lino. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual. Educação & Sociedade, Campinas, v. 44, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKL-CgwjzBGPCBZYSsM/?lang=pt>. Acesso em 19 set. 2024.



LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: O real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.



WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 1999.

Formação das assessoras pedagógicas sobre relações étnico-raciais e o impacto na Educação Infantil

OLIVEIRA, Fabiana; ABRMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. Educação em Revista. Belo Horizonte. V.26, n. 02. 2010.





## **EXPEDIENTE**

**PROJETO JAÊ – EDUCAÇÃO  
PARA EQUIDADE**

**SECRETARIA MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO DE SANTA  
BÁRBARA D'OESTE**

**Secretária: Tânia Mara da Silva**

**Assessora Pedagógica para  
Projetos Especiais – Equidade**

**Racial: Juliana Ramos**

**Núcleo Jaê: Juliana Cotrin, Alcídia  
Carnielo, Juliana Ramos,  
Jeanette Scarazzatti e Maria  
Assunta Della Colleta**

## RODA EDUCATIVA

### **Direção:**

Patrícia Diaz, Roberta Panico e Tereza Perez

### **Coordenação Pedagógica:**

Alessandra Tavares e Cristiane Tavares

### **Formação:**

Alessandra Tavares e Larissa Aliberti

### **Analista de Gestão:**

Raquel Porangaba

### **Identidade visual:**

Silvana Martins

### **Comunicação:**

Carolina Glycerio, Cristhine Marques e Felipe Seriacopi

## CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ATELIESCOLA ACAIA

### **Direção:**

Teca Soub

### **Coordenação pedagógica:**

Karina Santos

## REVISTA JAÊ

### **Projeto e Coordenação editorial: Cristiane Tavares**

**Textos:** Cristiane Tavares, Carolina Glycerio, Alessandra Tavares, Juliana Urbano Cotrim, Juliana Ramos, Jeanette Muza Antoniassi Scarazzatti, Karina Santos da Silva, Raquel Gonçalves Porangaba, Larissa Aliberti, Maria Assunta Fioramonte Della Colleta, Adriana Camargo, Adriana Alves, Alessandra Stock, Luci Marcondes, Vera Lúcia da Silva, Fernanda Bordin

### **Diagramação e design:**

Denis Araújo

### **Colaboração:**

Felipe Seriacopi

